



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
de Santa Catarina

RELATÓRIO DE GESTÃO DO PODER JUDICIÁRIO

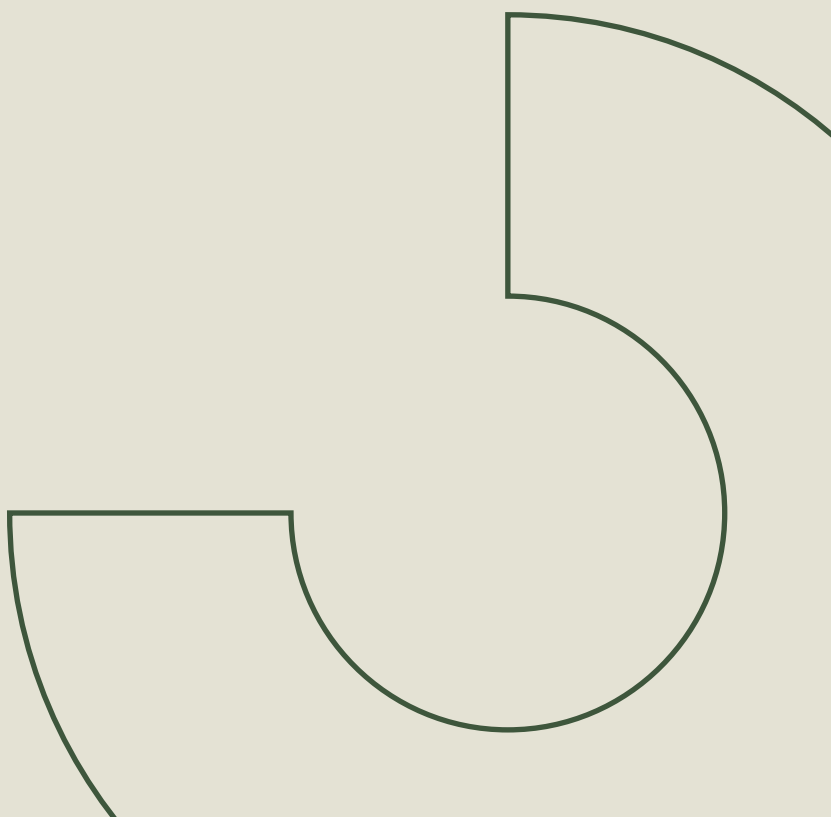
INSTRUÇÃO NORMATIVA
TCE-SC 020/2015

2025

FEVEREIRO DE 2026

Sumário

Apresentação.....	3
Identificação da unidade jurisdicionada.....	4
Rol de responsáveis.....	5
Composição.....	6
Produtividade.....	11
Contas Públicas.....	23
Indicação do Órgão de Imprensa Oficial.....	62
Anexos.....	63



Apresentação

Relatório de gestão do exercício de 2025, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que este Tribunal de Justiça está obrigado nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa n. TC-20/2015 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Rubens Schulz
Presidente

Identificação da unidade jurisdicionada

Unidade Jurisdicionada: Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina

CNPJ: 83.845.701/0001-59

Endereço: Rua Álvaro Millen da Silveira, n. 208, Centro, Florianópolis, Santa Catarina, CEP 88020-901

Telefone: (48) 3287-1000

Home: www.tjsc.jus.br

Legislação:

Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina
Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado de Santa Catarina – Lei estadual n. 5.624, de 9 de novembro de 1979, com alterações posteriores.

Rol de responsáveis

Nome: Francisco José Rodrigues de Oliveira Neto

CPF: 612.801.869-68

Endereço funcional: Rua Álvaro Millen da Silveira, n. 208, Centro, Torre II, 8º Andar, Florianópolis, Santa Catarina, CEP 88020-901

Telefone: (48) 3287-2500

E-mail: presidente@tjsc.jus.br

Informações do cargo

Natureza da responsabilidade (Art. 12 da IN TCE-20/2015) – Autoridade máxima da unidade jurisdicionada

Nome do cargo: Presidente

Eleito pelo Tribunal Pleno na Sessão n. 449

Posse em 2/2/2024, Sessão Solene n. 450

Período de gestão no exercício:

2/2/2024 a 5/2/2026

Composição

Desembargadores

Luiz César Medeiros
Antonio do Rêgo Monteiro Rocha
Ricardo Orofino da Luz Fontes
Maria do Rocio Luz Santa Ritta
Cid José Goulart Júnior, **1º Vice-Presidente**
Jaime Ramos
Alexandre d'Ivanenko
José Carlos Carstens Köhler
João Henrique Blasi
Jorge Luiz de Borba
Soraya Nunes Lins
Roberto Lucas Pacheco
Jairo Fernandes Gonçalves
Luiz Fernando Boller
Paulo Roberto Sartorato
Tulio José Moura Pinheiro
Carlos Alberto Civinski
Ricardo José Roesler
Robson Luz Varella
Sérgio Antônio Rizelo
Denise Volpato
Ernani Guetten de Almeida
Carlos Adilson Silva
Rogério Mariano do Nascimento
Altamiro de Oliveira
Saul Steil
Rodolfo Cezar Ribeiro da Silva Tridapalli
Odson Cardoso Filho
Gilberto Gomes de Oliveira
José Everaldo Silva
Volnei Celso Tomazini
Paulo Henrique Moritz M. da Silva
Leopoldo Augusto Brüggemann
Júlio César Knoll
Vera Lúcia Ferreira Copetti
Janice Goulart Garcia Ubialli, **3ª Vice-Presidente**
Cláudia Lambert de Faria
Rubens Schulz
Francisco José Rodrigues de Oliveira Neto, **Presidente**
André Carvalho
Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer
Guilherme Nunes Born
Luiz Zanelato
André Luiz Dacol
Jaime Machado Júnior
Hélio do Valle Pereira

Gerson Cherem II
Dinart Francisco Machado
Rosane Portella Wolff
Denise de Souza Luiz Francoski
Artur Jenichen Filho, **Corregedor-Geral do Foro Extrajudicial**
Vilson Fontana
Luiz Cesar Schweitzer
Luiz Neri Oliveira de Souza
Norival Acácio Engel
Helio David Vieira Figueira dos Santos
Júlio César Machado Ferreira de Melo, **2º Vice-Presidente**
José Agenor de Aragão
Sidney Eloy Dalabrida
Ariovaldo Rogério Ribeiro da Silva
Hildemar Meneguzzi de Carvalho
Álvaro Luiz Pereira de Andrade
Luiz Antônio Zanini Fornerolli, **Corregedor-Geral da Justiça**
Haidée Denise Grin
Selso de Oliveira
Antônio Zoldan da Veiga
Carlos Roberto da Silva
Osmar Nunes Júnior
Luiz Felipe Siegert Schuch
José Maurício Lisboa
Bettina Maria Maresch de Moura
Ana Lia Moura Lisboa Carneiro
Flavio Andre Paz de Brum
Sandro José Neis
Eduardo Mattos Gallo Júnior
Diogo Nicolau Pítsica
Marcos Fey Probst
Sílvio Dagoberto Orsatto
Edir Josias Silveira Beck
Roberto Lepper
João Eduardo De Nadal
Márcio Rocha Cardoso
Osmar Mohr
Alex Heleno Santore
Fernanda Sell de Souto Goulart Fernandes
Stephan Klaus Radloff
Renato Luiz Carvalho Roberge
Érica Lourenço de Lima Ferreira
Gladys Afonso
Emanuel Schenkel do Amaral e Silva
Antonio Carlos Junckes dos Santos
João Marcos Buch
Eliza Maria Strapazzon
Vitoraldo Bridi
Yhon Tostes
João Alexandre Dobrowolski Neto

Brigitte Remor de Souza May
Alexandre Morais da Rosa
Maurício Cavalazzi Póvoas
Jaber Farah Filho
Quitéria Tamanini Vieira
Sérgio Luiz Junkes
Geraldo Corrêa Bastos
Antonio Augusto Baggio e Ubaldo
Andréa Cristina Rodrigues Studer
Willian Medeiros de Quadros

Juízes de Direito de Segundo Grau

Silvio José Franco
Leandro Passig Mendes
Davidson Jahn Mello
Cláudio Eduardo Régis de Figueiredo e Silva
Giancarlo Bremer Nones
Leone Carlos Martins Júnior
Paulo Marcos de Farias
Vânia Petermann
Marcelo Pons Meirelles
Luiz Francisco Delpizzo Miranda
Marco Aurelio Ghisi Machado
Edson Marcos de Mendonça
Mauro Ferrandin
André Alexandre Happke
Cleusa Maria Cardoso
Adriana Mendes Bertoncini
Adriana Lisboa
Elleston Lissandro Canali
Patrícia Nolli
Simone Boing Guimarães

DIRIGENTES

(Biênio 2024/2026 - 2.2.2024 a 5.2.2026)

Presidente

Desembargador Francisco José Rodrigues de Oliveira Neto

Primeiro Vice-Presidente

Desembargador Cid José Goulart Júnior

Corregedor-Geral da Justiça

Desembargador Luiz Antônio Zanini Fornerolli

Segundo Vice-Presidente

Desembargador Júlio César Machado Ferreira de Mello

Terceira Vice-Presidente

Desembargadora Janice Goulart Garcia Ubialli

Corregedor-Geral do Foro Extrajudicial

Desembargador Arthur Jenichen Filho

Ouvidor do PJSC

Desembargador Osmar Nunes Júnior

Diretor-executivo da Academia Judicial

Desembargador Luiz Felipe Siegert Schuch

Coordenador de Magistrados

Juiz Rafael Fleck Arnt - Comagis

Juízes Auxiliares

Juíza Maira Salete Meneghetti, *Presidência – Núcleo Administrativo*

Juiz Rafael Maas dos Anjos, *Presidência – Núcleo Jurídico*

Juiz Rafael Fleck Arnt, *Presidência – Núcleo Financeiro e Estratégico*

Juiz Fernando Rodrigo Busarello, *Presidência – Núcleo de Tecnologia e Inovação*

Juiz Marlon Negri – *1ª Vice-Presidência*

Juízes Cooperadores

Juíza Carolina Ranzolin Nerbass

Juiz Gustavo Marcos de Farias

Juiz Rafael de Araujo Rios Schmitt

Juízes Corregedores

Juiz Laudenir Fernando Petroncini, *Núcleo I*

Juiz Rafael Steffen da Luz Fontes, *Núcleo II*

Juiz Humberto Goulart da Silveira, *Núcleo III*

Juiz Maximiliano Losso Bunn, *Núcleo IV*

Juiz Raphael Mendes Barbosa, *Núcleo V*

Gabinete da Presidência

Christiane Duz Biff, *Chefe de Gabinete*
Mariana Mafra Carlini, *Assessora de Relações Institucionais*

Chefe da Secretaria da Corregedoria-Geral da Justiça

Bruno Duart Ramos

Casa Militar

Coronel PM José Ivan Schelavin, *Chefe*
Tenente-Coronel PM Edmilson Machado Camargo Nassiff, *Subchefe*

Diretor-Geral Administrativo

Alexsandro Postali

Diretor de Engenharia e Arquitetura

Everton William Tischer

Diretora de Gestão de Pessoas

Deborah Moraes de Jesus

Diretora de Infraestrutura

Fernanda de Jesus

Diretor de Material e Patrimônio

Guilherme e Silva Pamplona

Diretor de Orçamento e Finanças

Eduardo Cardoso Silva

Diretora de Saúde

Graciela de Oliveira Richter Schmidt

Diretor de Tecnologia da Informação

Daniel Moro de Andrade

Diretor-Geral Judiciário

Maurício Walendowsky Spricigo

Diretora de Cadastro e Distribuição Processual

Tatiana Costa Cassio

Diretor de Gestão Documental e Memória

Ricardo Albino França

Diretor de Recursos e Incidentes

Boris Leonel Kruger

Diretor de Suporte à Jurisdição de Primeiro Grau

Marcos Fernandes Pereira Raccioppi

Produtividade

1. PRODUTIVIDADE

A produtividade do Poder Judiciário de Santa Catarina (PJSC) é acompanhada sistematicamente por ferramentas que organizam e analisam dados. Por meio delas, de maneira simples e contínua, os gestores monitoram os principais indicadores processuais da instituição.

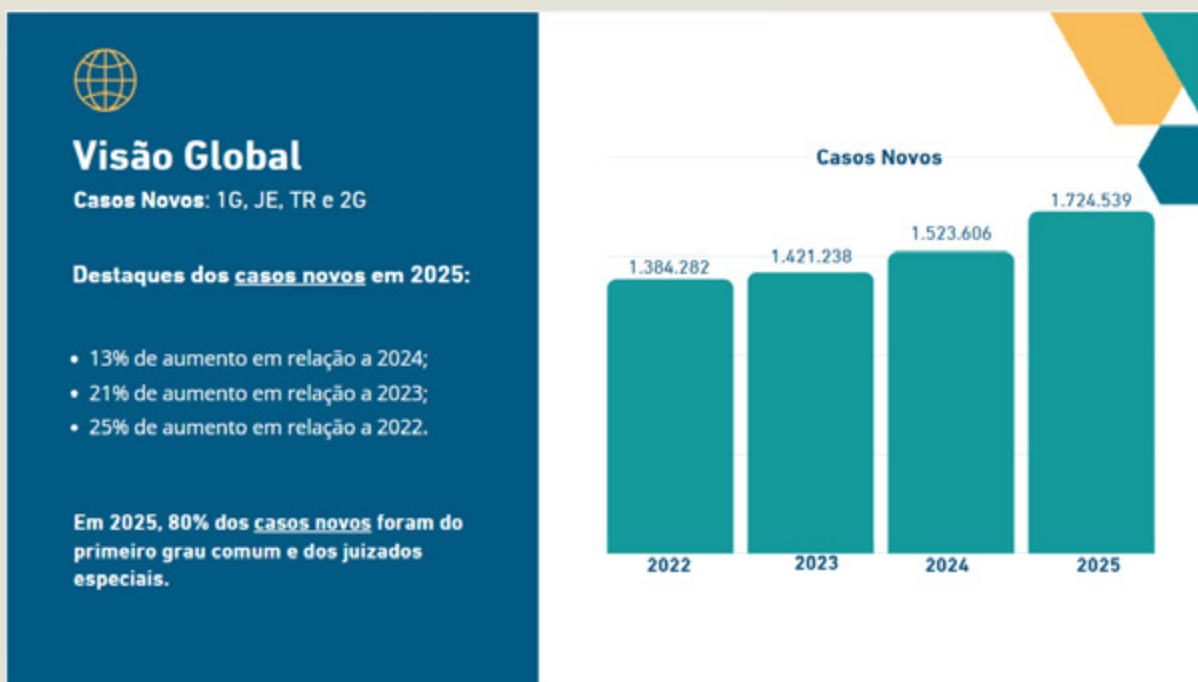
Os dados relativos às entradas, aos julgamentos e ao acervo processual possibilitam uma compreensão mais precisa do comportamento das demandas judiciais e subsidiam a tomada de decisões estratégicas para aprimorar a gestão. As informações consolidadas, coletadas diariamente e estruturadas pelos núcleos especializados do Tribunal oferecem suporte essencial à avaliação do desempenho das unidades jurisdicionais, permitindo observar tendências, identificar desafios e planejar ações de forma alinhada às diretrizes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Nas seções a seguir, os indicadores do Judiciário catarinense são apresentados de forma consolidada e segmentada, contemplando o primeiro grau comum, os juizados especiais, o segundo grau e as turmas recursais.

1.1 Visão Consolidada do Poder Judiciário de Santa Catarina

Compreender o desempenho global do PJSC é etapa fundamental para avaliar a efetividade de suas políticas, orientar decisões estratégicas e fortalecer a governança institucional.

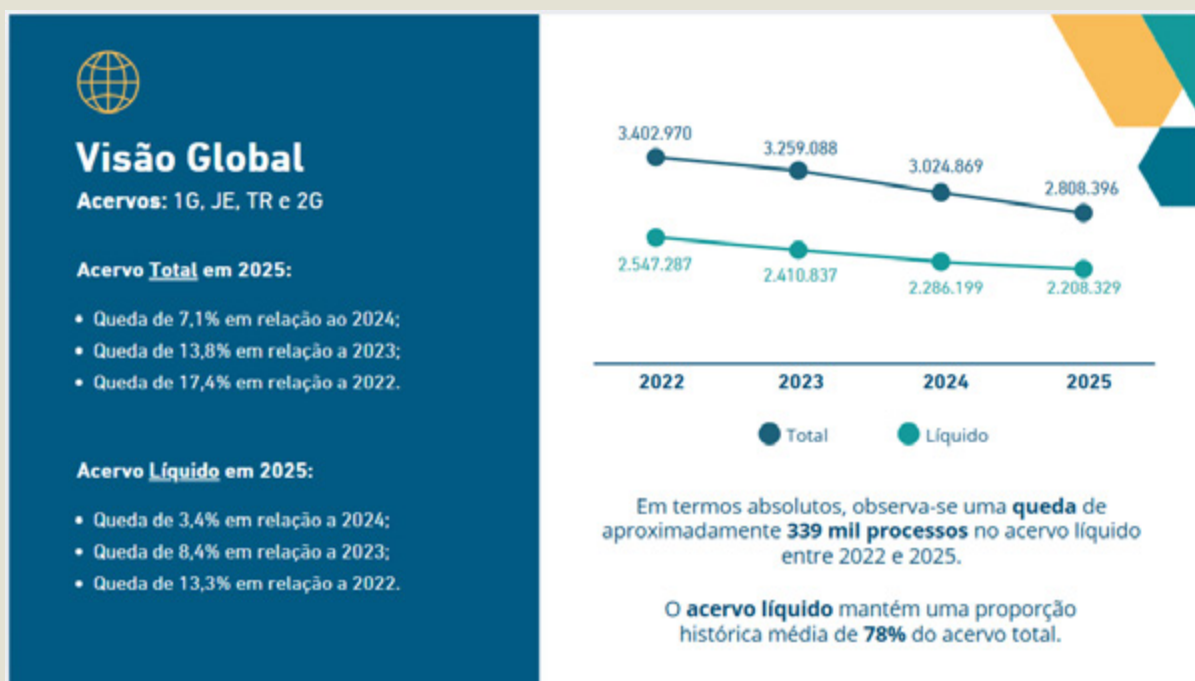
Antes de avançar para a análise segmentada das diferentes instâncias, esta seção apresenta uma visão consolidada dos principais indicadores de movimentação processual em 2025, abrangendo os casos novos, os julgamentos realizados e o comportamento do acervo. Os gráficos a seguir sintetizam a evolução desses elementos essenciais da atividade jurisdicional, permitindo observar tendências e apoiar a gestão estratégica do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC).



A imagem anterior demonstra um **crescimento acentuado da demanda processual**. Os casos novos registraram elevação contínua no quadriênio, alcançando em 2025 um aumento de 13% em relação ao ano anterior. Quando comparado a 2023 e a 2022, o crescimento acumulado atinge 21% e 25% respectivamente, o que reafirma o cenário de alta litigiosidade e de expansão da demanda enfrentado pelo PJSC. Observa-se ainda que 80% das entradas se concentram no primeiro grau e nos juizados especiais, o que reforça a centralidade dessas instâncias no atendimento inicial das demandas da sociedade.



Ao se analisarem os **julgamentos**, identifica-se uma **elevação expressiva do indicador**. A imagem anterior indica que o volume de julgamentos acompanhou a tendência de crescimento das demandas, alcançando em 2025 um aumento de 11% frente a 2024. O avanço em relação aos anos anteriores é ainda mais significativo, acumulando 26% sobre 2023 e 38% sobre 2022. Essa evolução demonstra o esforço institucional para manter um ritmo de produtividade capaz de responder ao aumento da litigiosidade, com 81% das decisões proferidas também concentradas no primeiro grau e nos juizados especiais.



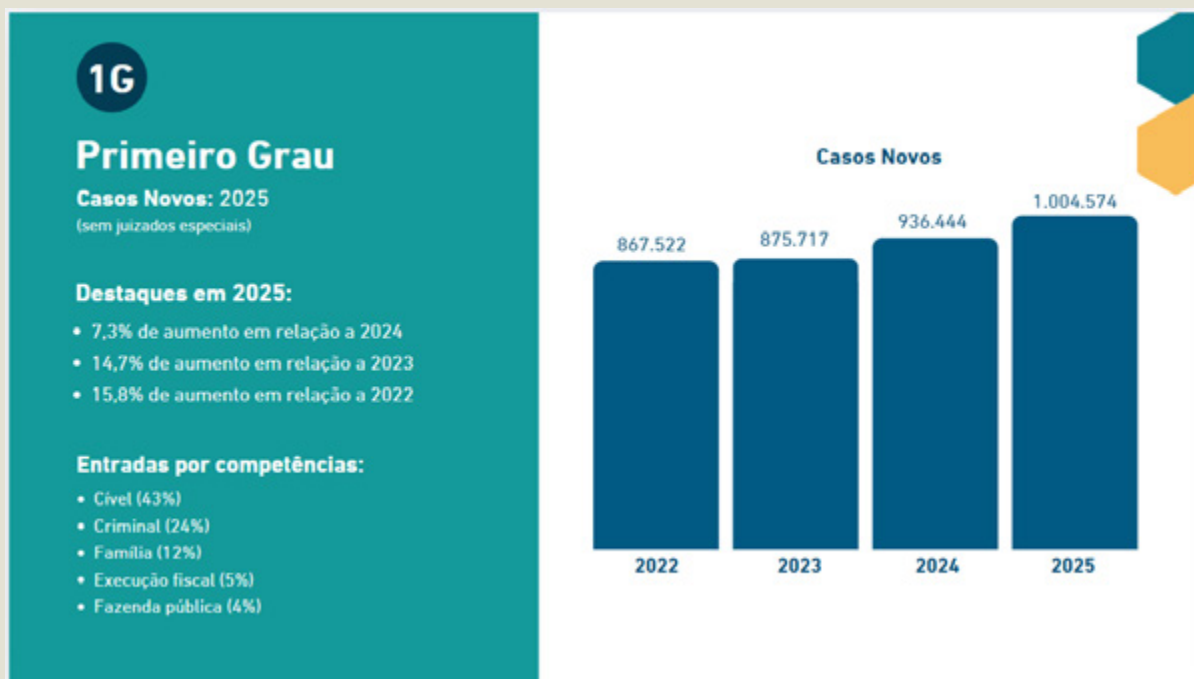
Por fim, o gráfico anterior aponta **redução contínua do acervo processual** no período em análise. Apesar da elevação dos casos novos, o acervo total apresentou queda de 7,1% em 2025 quando comparado ao ano anterior, resultado que se intensifica quando comparado a 2023 (13,8%) e a 2022 (17,4%). O acervo líquido segue a mesma trajetória, com reduções de 3,4%, 8,4% e 13,3% nesses mesmos marcos comparativos. Entre 2022 e 2025, observa-se uma diminuição absoluta de aproximadamente 339 mil processos no acervo líquido, desconsiderando-se os processos suspensos ou sobrestados. O acervo líquido é o indicador mais utilizado internamente, pois representa os processos passíveis de atuação institucional e mantém uma proporção histórica de 78% em relação ao acervo total. Essa tendência revela maior fluidez na tramitação processual e reforça o impacto positivo do aumento da capacidade de julgamento. (13,8%) e a 2022 (17,4%). O acervo líquido segue a mesma trajetória, com reduções de 3,4%, 8,4% e 13,3% nesses mesmos marcos comparativos. Entre 2022 e 2025, observa-se uma diminuição absoluta de aproximadamente 339 mil processos no acervo líquido, que desconsidera os processos suspensos ou sobrestados. O acervo líquido é o indicador mais utilizado internamente, pois representa os processos passíveis de atuação institucional e mantém uma proporção histórica de 78% em relação ao acervo total. Essa tendência revela maior fluidez na tramitação processual e reforça o impacto positivo do aumento da capacidade de julgamento.

Nas seções seguintes, esses indicadores são detalhados conforme a segmentação institucional — primeiro grau comum, juizados especiais, segundo grau e turmas recursais —, o que permite identificar a distribuição da carga de trabalho, potenciais gargalos e áreas de atenção em cada esfera do Poder Judiciário catarinense.

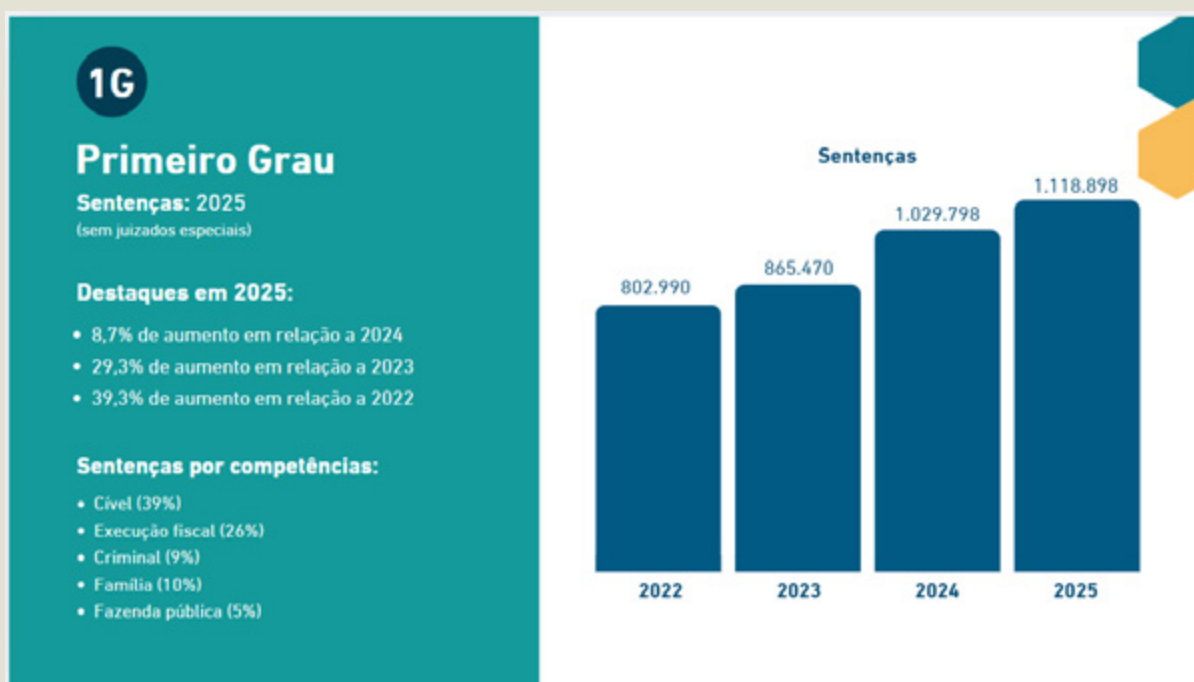
1.2 Primeiro Grau Comum

O primeiro grau comum abrange todas as demandas processuais distribuídas às unidades judiciais de primeira instância que não se enquadram nas regras procedimentais dos juizados especiais previstos na Lei n. 9.099/1995. Nesta seção, são apresentados os quatro indicadores que sintetizam a dinâmica de funcionamento dessa instância: entradas, julgamentos, acervo total e acervo líquido.

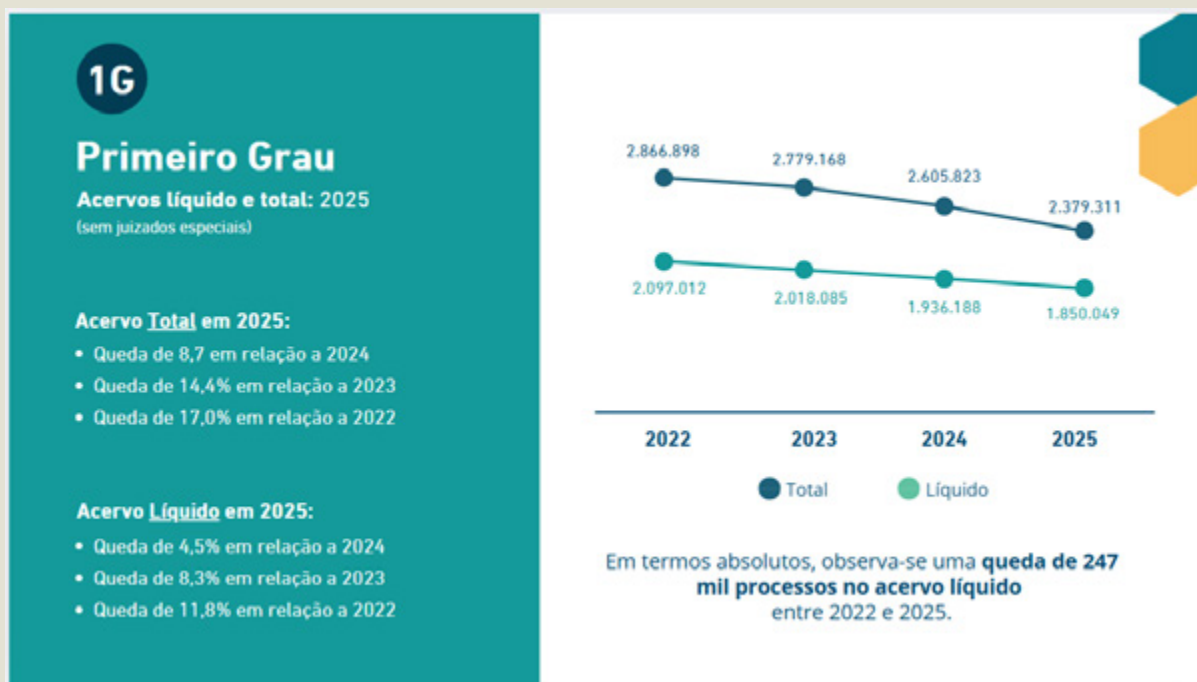
As imagens a seguir ilustram a evolução desses elementos no período analisado, permitindo uma visão clara do comportamento processual no primeiro grau comum. A análise dos indicadores do primeiro grau comum em 2025 evidencia tendências consistentes na dinâmica processual dessa instância, reforçando sua centralidade no funcionamento do PJSC.



O gráfico anterior apresenta o **crescimento contínuo da demanda**. Em 2025, foram registrados 1.004.574 casos novos, um aumento de 7,3% em relação a 2024. O crescimento acumulado chega a 14,7% quando comparado a 2023, e a 15,8% ante 2022, demonstrando que o primeiro grau segue como o segmento com maior demanda de entrada no PJSC. A distribuição por competências — com destaque para as áreas cível (43%) e criminal (24%) — reforça o caráter multifacetado das demandas atendidas e a necessidade permanente de estruturação adequada das unidades judiciais.



A imagem acima aponta **elevação expressiva na produção de sentenças**, acompanhando o movimento de alta demanda. Em 2025, foram proferidas 1.118.898 sentenças, o que representa um aumento de 8,7% em relação a 2024, de 29,3% comparado a 2023 e de 39,3% quando comparado a 2022. Esse desempenho evidencia o esforço das unidades de primeiro grau em manter níveis elevados de produtividade, especialmente considerando que as competências mais representativas — cível (39%) e execução fiscal (26%) — são tradicionalmente complexas e de grande impacto no cotidiano das unidades.



A imagem anterior indica **redução contínua e significativa do acervo processual**. Mesmo diante do crescimento de casos novos, o acervo total apresentou queda consistente, atingindo 2.379.311 processos em 2025, o que representa redução de 8,7% em relação a 2024, de 14,4% ante 2023 e de 17,0% em comparação a 2022. O acervo líquido também seguiu tendência de declínio, encerrando 2025 com 1.850.049 processos — queda de 4,5%, 8,3% e 11,8% nesses mesmos intervalos de comparação. Em termos absolutos, foram reduzidos aproximadamente 247 mil processos líquidos entre 2022 e 2025, resultado que evidencia ganhos efetivos na tramitação e na eliminação de pendências, inclusive em um contexto de demanda crescente.

De forma geral, os dados demonstram que o primeiro grau comum manteve em 2025 um equilíbrio saudável entre aumento de produtividade e redução do acervo, mesmo diante do constante crescimento de casos novos. Esses resultados reforçam a relevância das estratégias que se aplicam a essa instância, como a necessidade contínua de investimentos estruturais e de gestão para sustentar o desempenho alcançado.

1.3 Juizados Especiais

Os juizados especiais, regulamentados pela Lei n. 9.099/1995, desempenham papel fundamental na ampliação do acesso à Justiça ao oferecerem um rito mais simples, célere e informal para a solução de conflitos de menor complexidade. Fundamentados nos princípios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, esses órgãos priorizam a conciliação e a resolução consensual das controvérsias, concretizando a diretriz estabelecida no artigo 2º dessa lei.

Esta seção contempla exclusivamente os processos submetidos ao rito dos juizados especiais no primeiro grau, apresentando a evolução dos indicadores que sintetizam seu desempenho: casos novos, julgamentos e acervo processual total e acervo processual líquido.

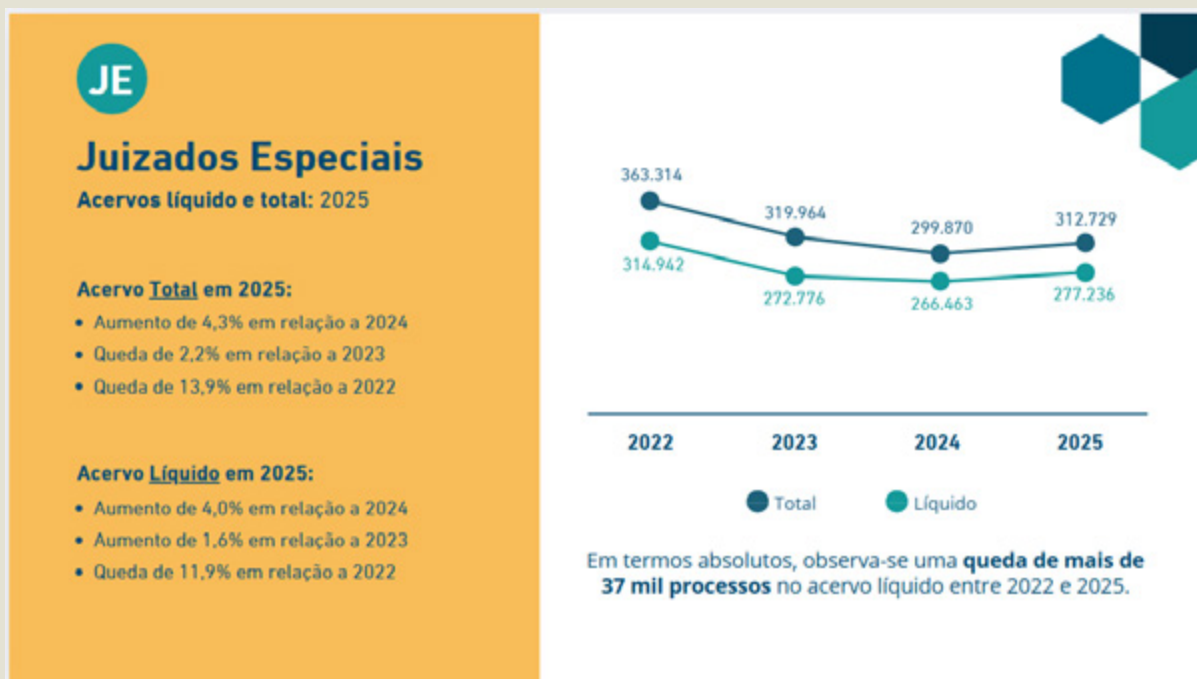
As imagens a seguir ilustram o comportamento desses indicadores ao longo do período analisado.



A imagem anterior aponta um **crescimento consistente da entrada processual**. Em 2025, os juizados especiais registraram 382.215 casos novos, o que representa um aumento de 20% em relação a 2024, de 32% em comparação a 2023 e de 48% ante 2022. Esses números evidenciam a manutenção de uma forte demanda por soluções céleres e simplificadas, reafirmando o papel estruturante dos juizados especiais no acesso à Justiça. A distribuição por competências demonstra predominância do Juizado Especial Cível (47%), seguido do Juizado Especial da Fazenda Pública (34%) e do Juizado Especial Criminal (15%).



O gráfico acima quantifica o **aumento no volume de sentenças**. Em 2025 foram proferidas 375.386 sentenças, representando um crescimento de 17% em relação ao ano anterior. A comparação com 2023 e 2022, revela incrementos ainda mais expressivos, de 19% e 43% respectivamente. A produtividade acompanha a estrutura das entradas, com 50% das sentenças oriundas do Juizado Especial Cível, 35% da Fazenda Pública e 10% do Criminal, demonstrando um fluxo processual coerente e bem distribuído entre as competências.



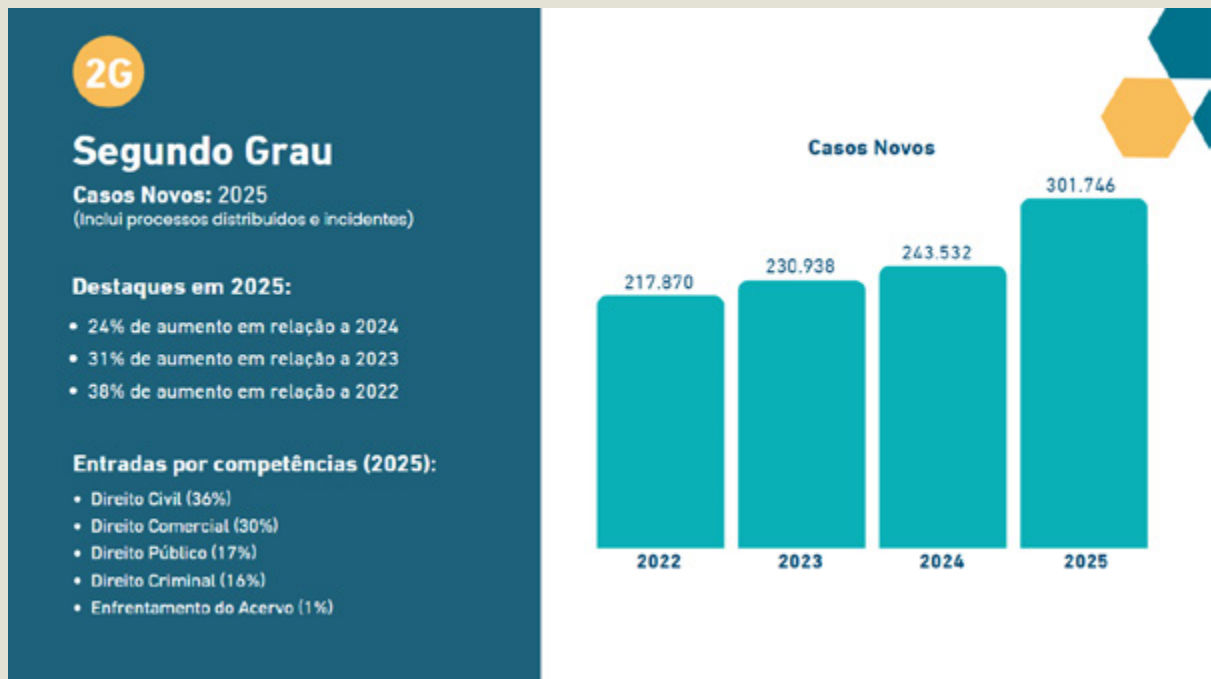
Em que pese o esforço institucional para atender ao incremento de casos novos, o ano de 2025 foi de **aumento do acervo**, na contramão do observado no último triênio. A imagem anterior demonstra que o acervo total dos juizados especiais apresentou incremento, encerrando 2025 com 312.729 processos: aumento de 4,3% em relação a 2024, queda de 2,2% frente a 2023 e queda de 13,9% em comparação a 2022. O acervo líquido seguiu comportamento semelhante, totalizando 277.236 processos, com aumento de 4,0% e 1,6% quando comparado aos anos de 2024 e 2023 respectivamente. Por outro norte, o acervo líquido de 2025 é 11,9% menor em relação a 2022. Entre 2022 e 2025, observa-se uma **queda acumulada de aproximadamente 37 mil processos líquidos**, indicando a necessidade de acompanhamento e de investimentos nesse tipo de matéria, e reafirmando o papel dos juizados especiais na promoção de um atendimento célere, simplificado e acessível ao cidadão.

Os dados de 2025 confirmam a relevância dos juizados especiais na dinâmica global do TJSC. No ano analisado, o sistema respondeu por cerca de **22% dos casos novos, 20% das sentenças e aproximadamente 13% do acervo líquido** do PJSC, mantendo proporção semelhante à observada nos últimos ciclos.

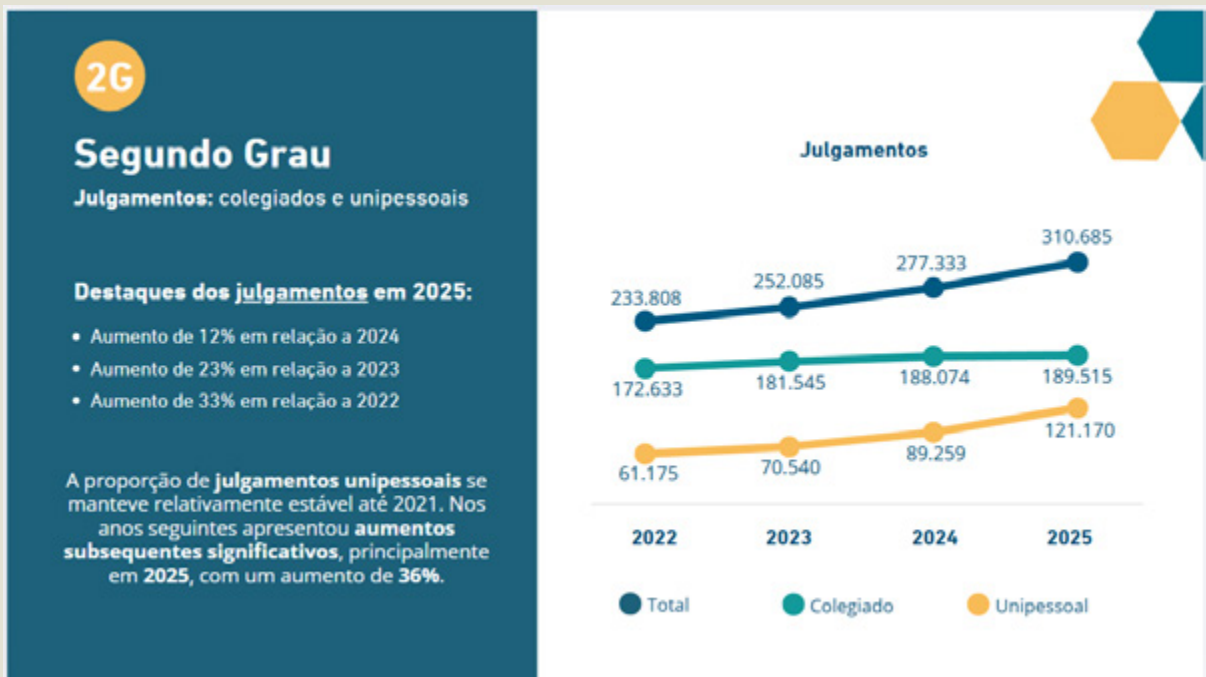
1.4 Segundo Grau

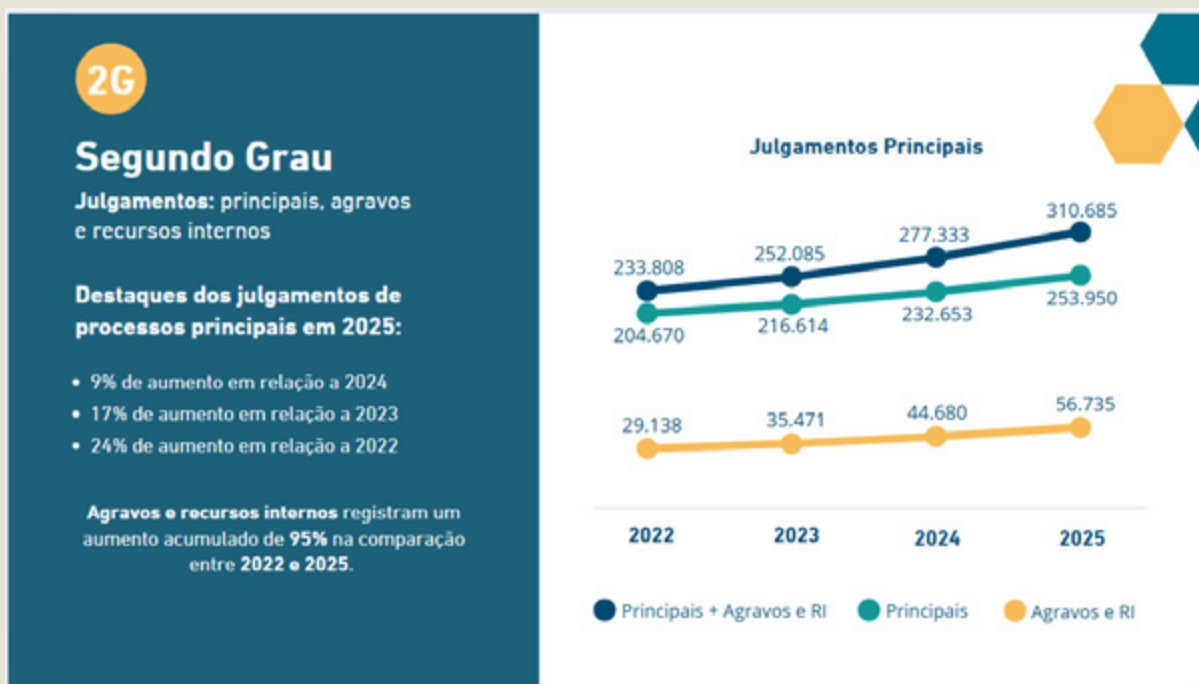
O segundo grau de jurisdição exerce papel central na função revisora do Poder Judiciário catarinense, sendo responsável pelo julgamento dos recursos interpostos contra decisões proferidas no primeiro grau, bem como pelo processamento de matérias de competência originária, tais como mandados de segurança, habeas data e ações envolvendo autoridades com foro por prerrogativa de função, como prefeitos, deputados estaduais e o governador do Estado.

A presente seção apresenta a evolução dos quatro principais indicadores que sintetizam a atuação dessa instância — entradas, julgamentos, acervo total e acervo líquido —, permitindo observar de forma integrada o comportamento processual do segundo grau ao longo do período analisado.

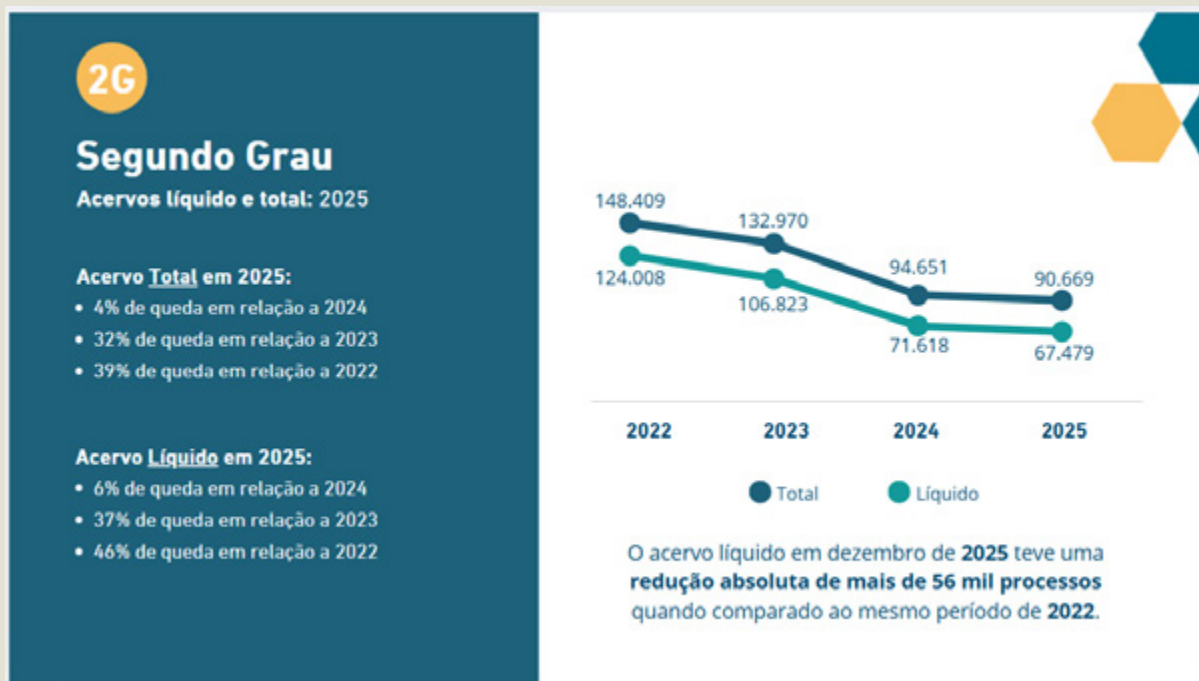


O gráfico anterior apresenta um **aumento expressivo de casos novos**. Em 2025, o segundo grau registrou 301.746 casos novos, um crescimento substancial de 24% em relação a 2024, além de incrementos de 31% quando comparado a 2023 e de 38% ante 2022. Esse avanço demonstra a intensificação da demanda recursal e originária na instância superior, reforçando a necessidade de constante atenção à capacidade de processamento. A distribuição das entradas evidencia a predominância dos Direitos Civil (36%) e Comercial (30%), seguidos por Direito Público (17%), Direito Criminal (16%) e Enfrentamento de Acervo (1%).





As imagens anteriores ilustram o **crescimento contínuo dos julgamentos**. Em 2025 foram realizados 310.685 julgamentos, um aumento de 12% em relação a 2024, de 23% frente a 2023 e de 33% em comparação a 2022. Tanto julgamentos colegiados quanto unipessoais apresentaram desempenho ascendente: os colegiados cresceram para 189.515, enquanto os unipessoais atingiram 121.170, com destaque para um incremento expressivo de 36% neste último grupo. Os julgamentos de processos principais também evoluíram significativamente, chegando a 253.950 em 2025, o que representa aumentos de 9%, 17% e 24% quando comparados aos anos imediatamente anteriores. Já os agravos e recursos internos acumularam um crescimento de 95% entre 2022 e 2025, acompanhando o incremento de julgamentos unipessoais.



O gráfico anterior indica **queda consistente no acervo do segundo grau**. Apesar do aumento das entradas, o acervo total do segundo grau caiu para 90.669 processos em 2025, com redução de 4% em relação a 2024, de 32% comparado a 2023 e de 39% ante 2022. O acervo líquido acompanhou essa trajetória, reduzindo-se para 67.479 processos —

quedas de 6%, 37% e 46% nos mesmos intervalos de comparação. Em termos absolutos, o acervo líquido teve diminuição superior a 56 mil processos entre 2022 e 2025, evidenciando resultados expressivos na gestão de estoques processuais, mesmo diante de forte aumento do volume de trabalho.

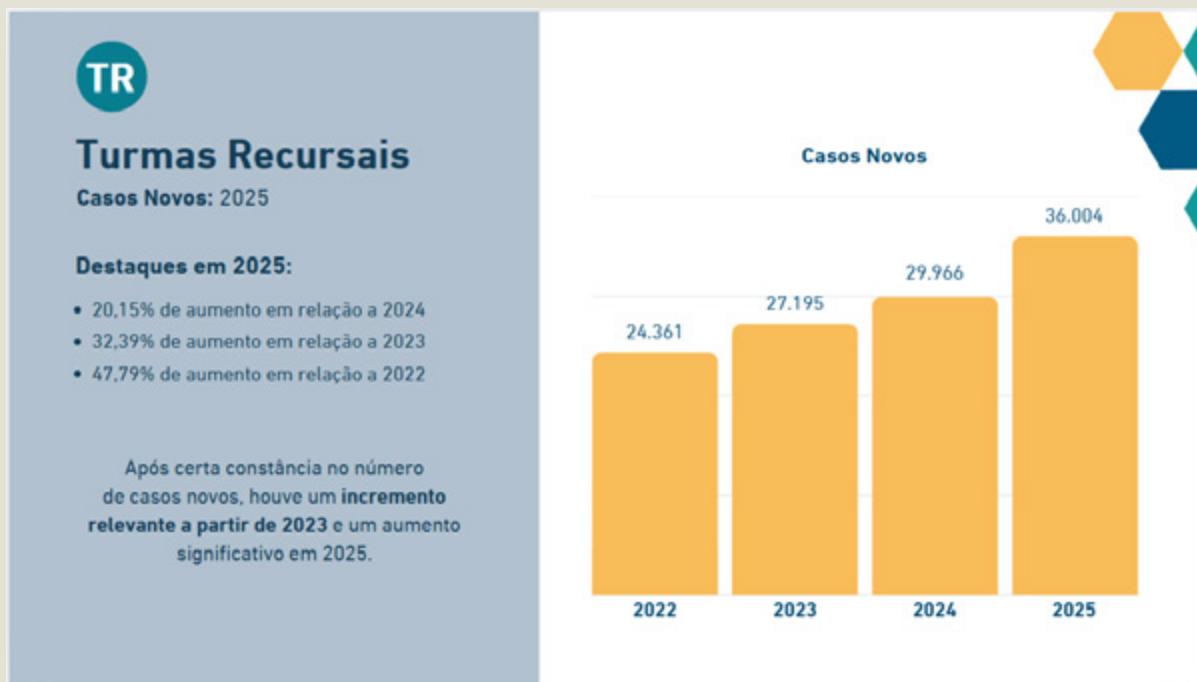
Embora proporcionalmente menor em volume quando comparado às instâncias de primeiro grau, o segundo grau manteve participação relevante na dinâmica processual do TJSC. Em 2025, respondeu por cerca de 17,5% dos casos novos, 17% dos julgamentos totais e aproximadamente 3% do acervo líquido, preservando uma estrutura de trabalho compatível com sua natureza recursal e de matérias especializadas.

De forma geral, os indicadores de 2025 demonstram que o segundo grau conseguiu ampliar substancialmente sua produtividade ao mesmo tempo em que reduziu de forma significativa seu acervo. Essa combinação revela um desempenho institucional sólido, sustentado por ganhos de eficiência e por capacidade de resposta diante do aumento expressivo da demanda.

1.5 Turmas Recursais

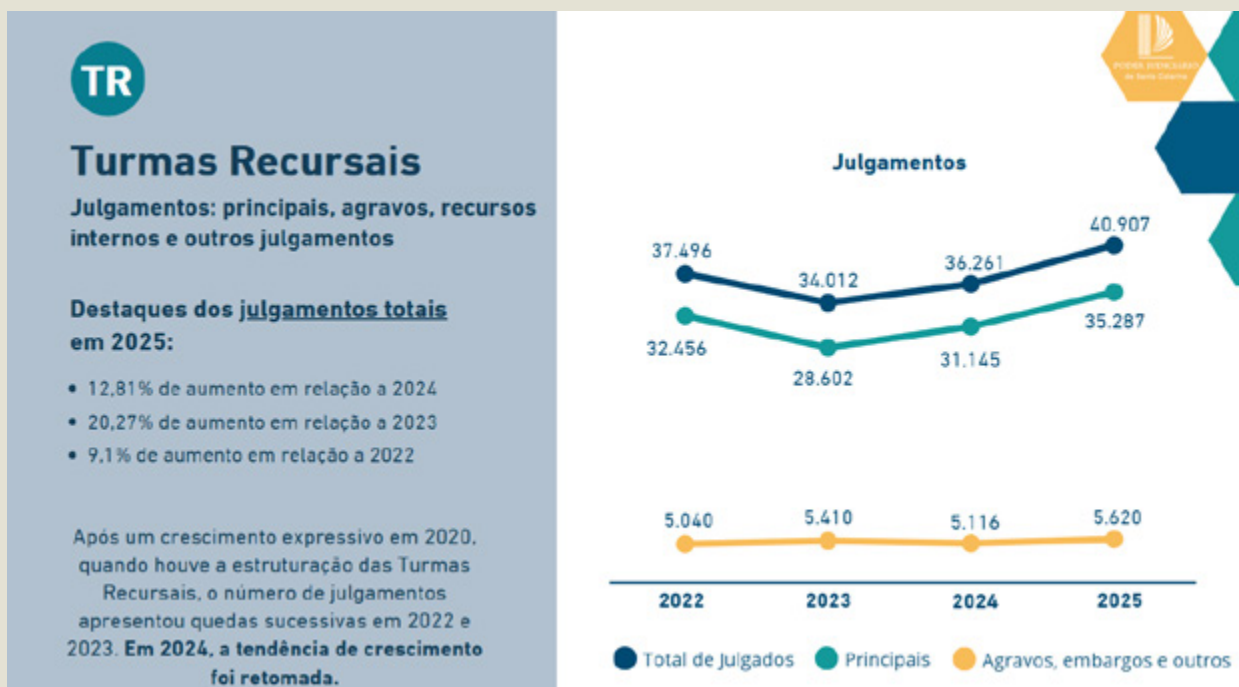
As turmas recursais compõem o sistema recursal do microsistema dos juizados especiais, atuando como instância responsável pelo julgamento dos recursos interpostos contra as decisões proferidas nas unidades de primeiro grau submetidas ao rito da Lei n. 9.099/1995. Seu papel é fundamental para garantir a uniformidade e a celeridade na revisão das demandas de menor complexidade, preservando os princípios que orientam os juizados especiais.

Nesta seção, apresentam-se os quatro principais indicadores que sintetizam o desempenho das turmas recursais — entradas, julgamentos, acervo total e acervo líquido —, permitindo uma visão integrada da evolução da atividade jurisdicional nesse segmento ao longo do período analisado.

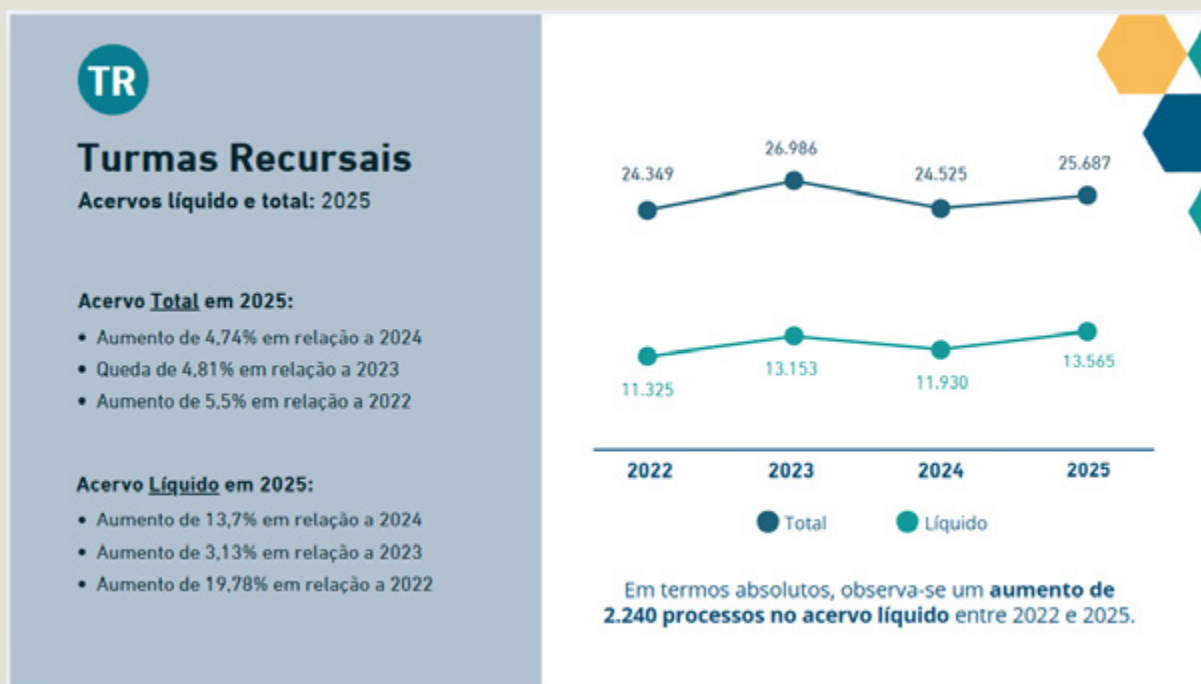


A imagem anterior demonstra um **crescimento expressivo de casos novos**. Em 2025, os casos novos alcançaram 36.004 processos, um aumento de 20,15% em relação a 2024. O crescimento acumulado também é significativo quando comparado a anos anteriores: 32,39% em relação a 2023 e 47,79% ante 2022. Esses dados reforçam a importância das turmas

recursais como instância de revisão das decisões dos juizados especiais, especialmente em um cenário de litigiosidade crescente.



O gráfico acima ilustra o **aumento no volume de julgamentos**. Em 2025, as turmas recursais registraram 40.907 julgamentos, crescimento de 12,81% em relação a 2024, de 20,27% em comparação a 2023 e de 9,1% ante 2022. Os resultados de 2024 e 2025 marcam uma retomada clara da produtividade, após quedas observadas em 2022 e 2023.



O gráfico anterior demonstra **variações no acervo, com leve aumento em 2025**. O acervo total encerrou 2025 com 25.687 processos, num patamar de crescimento na ordem de 4,74% em relação a 2024, porém ainda abaixo do nível observado em 2023 (queda de 4,81%). Quando comparado a 2022, o acervo total apresenta aumento de 5,5%. O acervo

líquido também cresceu, encerrando 2025 com 13.565 processos — aumento de 13,7% em relação a 2024, de 3,13% ante 2023 e de 19,78% comparado a 2022. Em termos absolutos, houve um aumento de 2.240 processos líquidos no período 2022–2025. Esse comportamento sugere que o aumento expressivo dos casos novos impactou o acervo, exigindo atenção contínua da capacidade de atendimento à demanda das turmas recursais.

É importante esclarecer que, embora os gráficos anteriores indiquem uma quantidade maior de julgamentos em relação à de casos novos, percebe-se um aumento do acervo, indo na contramão da expectativa. Isso acontece principalmente em função de três fatores observados. O primeiro, e mais relevante, é que nas instâncias recursais um mesmo processo pode ter mais de um julgamento em virtude dos agravos internos e de embargos de declaração. Outrossim, o processo não deixa de ser contabilizado no acervo logo após seu julgamento, pois ele carece de movimentações de baixa processual. Por fim, a reabertura de processos é outro fato que traz incrementos ao acervo, além da distribuição de processos.

Embora atuem em um nicho específico, as turmas recursais mantêm papel essencial na estrutura recursal dos juizados especiais. Em 2025, elas representaram aproximadamente 2% dos casos novos, cerca de 2% dos julgamentos e pouco menos de 1% do acervo líquido do PJSC, preservando proporções semelhantes às observadas nos ciclos anteriores.

De forma geral, os dados de 2025 mostram que as turmas recursais passaram por um ano de forte crescimento da demanda e de recuperação consistente da produtividade, ainda que com leve aumento do acervo. O desempenho observado reforça a importância desse segmento na garantia de celeridade e eficiência no microssistema dos juizados especiais.

CONTAS PÚBLICAS

2. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

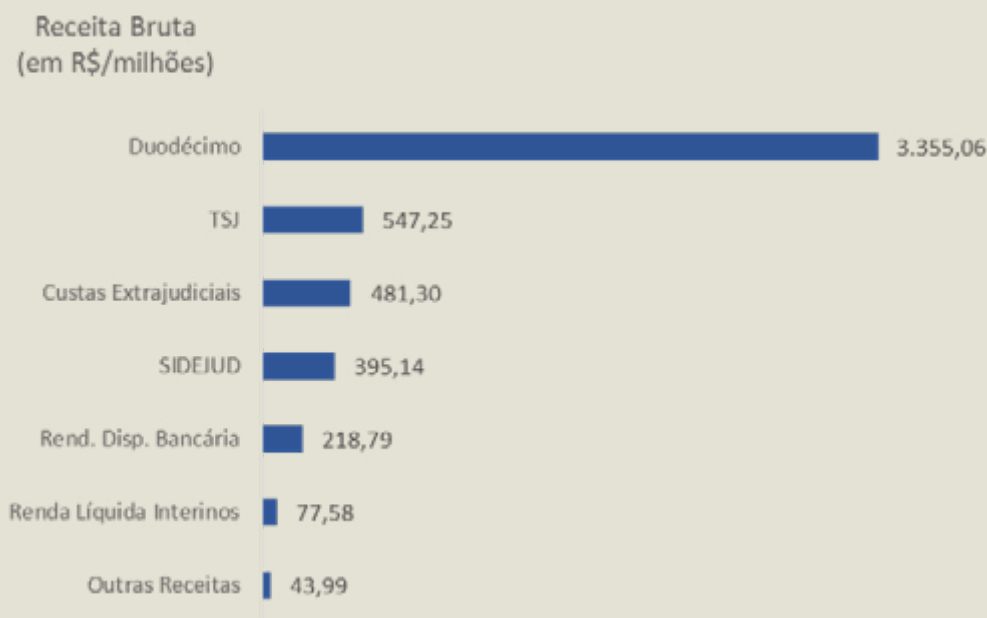
No que se refere às finanças do Poder Judiciário, no ano de 2025 alguns fatos intensificaram a execução orçamentária, tanto no lado das despesas quanto no das receitas. A Lei Orçamentária Anual aprovada para esse ano previu um orçamento total que superava R\$ 4,046 bilhões. Por ser um instrumento de planejamento e controle com característica dinâmica, ao longo do exercício financeiro, as dotações orçamentárias do Poder Judiciário foram ampliadas para R\$ 5,251 bilhões, por meio da abertura de créditos adicionais, com recursos oriundos do excesso de arrecadação (arrecadação acima da prevista) e superávit financeiro (“sobras”) de 2024.

No total, as despesas empenhadas no período alcançaram o patamar de R\$ 4,763 bilhões, um crescimento de 16,13% em relação ao ano anterior. Esse crescimento foi superior à inflação do período medida pelo IPCA/IBGE, de 4,26%.

O crescimento na aplicação dos recursos públicos foi possível graças ao desempenho das receitas. A receita arrecadada (incluindo o repasse duodecimal e o repasse realizado para viabilizar o pagamento da AJG) atingiu R\$ 5,119 bilhões. Deduzindo R\$ 207,76 milhões repassados ao Fupesc e ao FERMP, a receita líquida disponível ao PJSC ficou em R\$ 4,911 bilhões, incremento de 13% no comparativo com o ano anterior.

2.1 Receitas

Os R\$ 5,119 bilhões de arrecadação bruta são compostos pelas receitas informadas no gráfico abaixo.



Os repasses de duodécimo representam a maior proporção dos recursos que financiam as atividades do Poder Judiciário. Os R\$ 3,328 bilhões recebidos do Tesouro do Estado em 2025 representam 65,54% do montante total disponível. Foi observado crescimento de 7,7% em relação ao ano anterior.

Além do repasse ordinário do duodécimo, o Poder Executivo repassou o montante de R\$ 26.588.721,24 para viabilizar o pagamento integral das requisições da Assistência Judiciária Gratuita, considerando que os valores devidos superaram o limite definido na Lei estadual n. 807/2022, de 24,42% sobre as receitas originárias dos atos e serviços notariais e registrares arrecadadas no exercício financeiro.

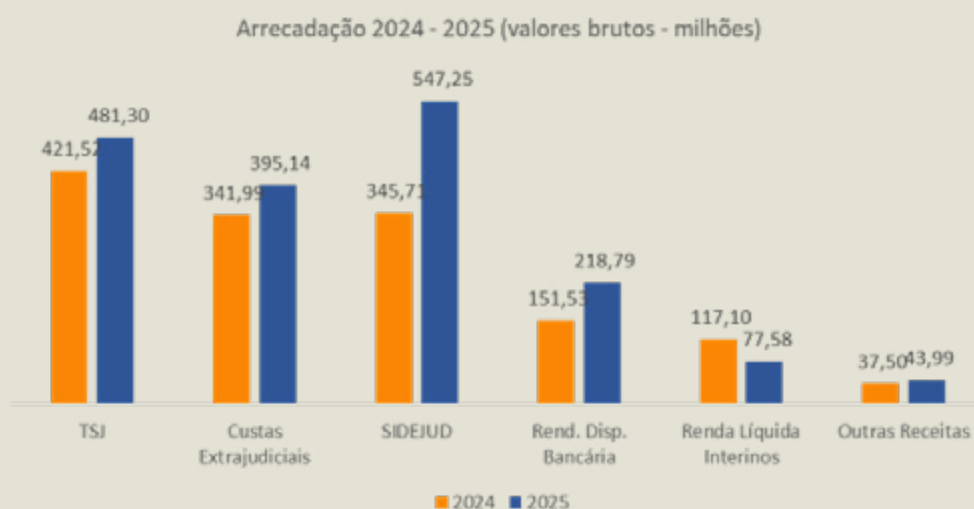
O quadro abaixo apresenta a Receita Líquida Disponível arrecadada no ano.

Meses	Arrecadado 2025	% Meta	Varição 2024
Janeiro	2.917.574.716	1,60%	5,64%
Fevereiro	2.974.940.396	6,40%	9,99%
Março	2.863.269.314	6,80%	9,93%
Abril	3.001.539.356	1,50%	6,38%
Maio	2.935.170.414	2,10%	6,77%
Junho	2.973.656.371	6,50%	9,67%
Julho	2.787.098.486	0,90%	3,75%
Agosto	2.922.903.418	2,30%	7,18%
Setembro	2.925.939.202	1,50%	4,84%
Outubro	2.904.890.505	0,60%	4,97%
Novembro	3.033.019.648	7,80%	7,46%
Dezembro	3.426.961.069	9,80%	9,43%
Total	35.666.962.895	4,0%	7,18%

No que se refere às receitas próprias, o SIDEJUD foi a maior receita, alcançando R\$ 547,25 milhões em 2025, um crescimento de 58,3% em relação ao arrecadado em 2024. Na sequência vêm a receita com a Taxa de Serviços Judiciais, com R\$ 481,3 milhões (crescimento de 14,18% em relação a 2024) e a da Taxa do FRJ, com R\$ 395,14 milhões.

O SIDEJUD apresentou forte incremento em sua arrecadação, decorrente da manutenção da taxa Selic em torno de 15% ao longo de 2025. As aplicações financeiras também apresentaram bons resultados devido à taxa Selic. Receitas relevantes como a TSJ e as Custas Extrajudiciais registraram crescimento acima da inflação no período.

Abaixo se apresenta gráfico da variação entre 2024 e 2025 para as receitas próprias.



Outras receitas que merecem destaque são as oriundas do Extrateto das serventias extrajudiciais ocupadas por interinos. Em 2024, as receitas com o extrateto dos interinos alcançou R\$ 117,10 milhões. Em 2025, tal receita teve uma redução de 33,75%, chegando a R\$ 77,58 milhões. Essa redução decorre do preenchimento das serventias por titulares aprovados nos concursos vigentes. A arrecadação dos recursos destinados ao apoio dos serviços notariais, por sua vez, foi 15,68% maior do que em 2024, alcançando R\$ 105,83 milhões em 2025.

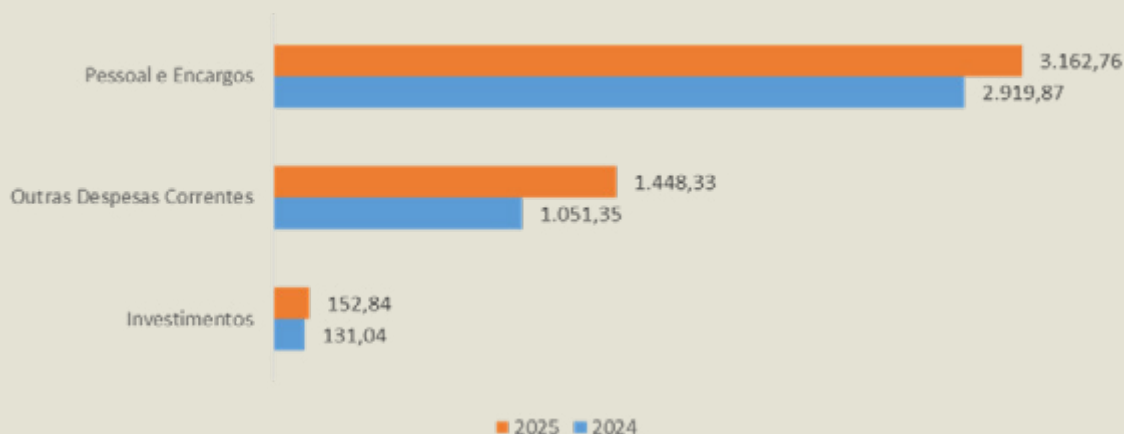
2.2 Despesas

No que diz respeito às despesas, percebe-se que a maior parcela do orçamento é consumida por gastos de pessoal. Em 2025, pode-se destacar a implementação da data-base de 5,53%; a ampliação do número de servidores atuando em cooperação; a reestruturação da tabela de vencimentos (LC n. 874/2025); a majoração da assistência médico-social de 12,7% para 15%; o reajuste da gratificação de técnico de suporte em informática (TSI - Resolução GP n. 76/2025); e a complementação do Benefício Especial Previdenciário (BEP – Resolução n. 81/2024).

Em 2025, a despesa total empenhada pelo Poder Judiciário foi de R\$ 4,763 milhões. Quando comparado a 2024, observa-se crescimento de R\$ 661,6 milhões, o que representa 16,13%. Ao comparar com as dotações orçamentárias previstas na LOA, observa-se a execução de 117,73% em relação ao orçamento inicial, e de 90,72% do orçamento atualizado.

O gráfico abaixo ilustra a distribuição das despesas incorridas em 2025 por grupo de natureza, comparando também com a execução observada em 2024.

Despesas por Grupo de Natureza (em milhões)



Percebe-se que a maior parte das despesas são com Pessoal e Encargos, 66,93% do total de despesas do Poder Judiciário. No que se refere aos investimentos, representam 3,21% do montante. Esses dados caracterizam a natureza da instituição: em uma organização prestadora de serviço, é comum que a maior parte de suas despesas seja de pessoal.

No que se refere à variação da despesa em relação ao ano anterior, verifica-se que Pessoal e Encargo foi de 8,32%, enquanto Outras Despesas Correntes teve crescimento de 37,76%. Os investimentos tiveram incremento de 16,64%, alavancado, em sua maior parcela, pela aquisição de bens permanentes (equipamentos de áudio/vídeo, processamento de dados e mobiliário), representando R\$ 78,49 milhões. Outra parcela importante dos investimentos foram as obras executadas (construção, reforma e ampliação de prédios em posse do PJSC), que em 2025 alcançaram R\$ 64,2 milhões.

Dentro das despesas com folha, observa-se que as despesas com Vencimentos e Vantagens, a maior delas, tiveram crescimento de 9,64%, alcançando R\$ 1,717 bilhão de reais no ano. As despesas com indenizações e restituições alcançaram R\$ 445 milhões em 2024, o que demonstra que o órgão quitou parcela considerável de seus débitos funcionais com servidores e magistrados. Despesas com obrigações patronais apresentaram uma redução de 12,53%, alcançando R\$ 323,82 milhões.

Além da data-base de 5,53%, da reestruturação da tabela de vencimentos e do abatimento de passivos funcionais, o crescimento da despesa de pessoal também se deu em decorrência do provimento de cargos vagos de servidores e magistrados, visando à recomposição nas unidades judiciais e administrativas.

2.2.1. Assistência Judiciária Gratuita

A Lei Complementar estadual n. 730, de 21 de dezembro de 2018, que alterou a Lei Complementar estadual n. 188, de 30 de dezembro de 1999, destinou até um terço da receita do Fundo de Reaparelhamento da Justiça (FRJ), originária dos atos e serviços notariais e registrais, para o pagamento de honorários a advogados, peritos e assistentes nomeados pela autoridade judiciária para atuar em benefício dos abrangidos pela Assistência Judiciária Gratuita (AJG).

A Lei Complementar estadual n. 730, de 2018, foi regulamentada no PJSC por meio da Resolução CM n. 5/2019, que instituiu o Sistema Eletrônico de Assistência Judiciária Gratuita e estabeleceu os valores de honorários de peritos, tradutores, intérpretes e defensores dativos, passando a operacionalizar o pagamento de honorários de justiça gratuita devidos após 21.12.2018.

O Sistema AJG/PJSC é destinado ao gerenciamento de cadastros dos profissionais interessados em atuar nos processos em que haja parte beneficiada pela justiça gratuita, bem como das nomeações e do pagamento de honorários. A nomeação de profissional e a solicitação de pagamento dos honorários referentes ao serviço prestado são realizadas pelas unidades judiciais exclusivamente por meio do sistema.

Em outubro de 2019, a partir da celebração do Convênio n. 153/2019 com a Defensoria Pública do Estado, o Poder Judiciário de Santa Catarina passou a ser responsável também pela operacionalização do pagamento de honorários devidos antes de 21.12.2018, nos limites definidos na Resolução CM n. 5/2019, mediante a transferência do saldo financeiro do Fundo de Acesso à Justiça (FAJ) ao FRJ.

Com a publicação da Lei Complementar estadual n. 807, de 21 de dezembro de 2022, que alterou a Lei Complementar estadual n. 188/1999, os recursos destinados ao pagamento das despesas com assistência judiciária gratuita passaram a ser calculados no percentual de até 24,42% da receita do FRJ, originária dos atos e serviços notariais e registrais.

Além das despesas com honorários e contribuição previdenciária patronal de 20% sobre o valor dos honorários, os recursos destinados à AJG custeiam outras despesas, a saber:

- a. Convênio n. 60/2024, celebrado entre o PJSC, Poder Executivo de Santa Catarina e Procuradoria Federal de Santa Catarina, cujo objeto é o ressarcimento ao INSS dos honorários periciais adiantados em ações acidentárias, nas quais o beneficiário da isenção de ônus sucumbenciais ficou vencido, após o trânsito em julgado, nos termos do Tema 1.044/STJ;
- b. ressarcimentos à Procuradoria-Geral do Estado de Santa Catarina e a particulares provenientes de determinação judicial;

- c. Acordo de Cooperação n. 112/2024, celebrado entre Estado de Santa Catarina, por intermédio do PJSC e a Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina, cujo objeto é a realização de testes de paternidade pela análise de DNA destinados ao reconhecimento de paternidade em processos administrativos e judiciais em que fique comprovada a hipossuficiência econômica das partes envolvidas, no âmbito do Programa DNA em Audiência (Prodnasc). Compete ao PJSC o repasse de recursos financeiros para pagamento de bolsas de extensão atreladas à execução desse acordo de cooperação, junto ao Laboratório DNA-UDESC, nas atividades relacionadas ao Prodnasc;
- d. PASEP de 1% sobre as receitas arrecadadas na fonte da AJG; e
- e. regularizações de sequestros judiciais.

As atividades relativas à AJG no âmbito do Judiciário catarinense são desenvolvidas pela Diretoria de Orçamento e Finanças, a qual foi responsável pela implementação do Sistema AJG/PJSC e que atualmente promove a validação dos cadastros profissionais e a gestão do sistema, dos recursos e dos pagamentos, além de dar o devido suporte aos usuários internos (servidores e magistrados) e externos (profissionais).

Atualmente, o Sistema AJG/PJSC possui 37.651 cadastros profissionais ativos, sendo 13.961 advogados, 1.309 curadores, 22.100 peritos, 135 intérpretes e 146 tradutores.

O limite legal de recursos destinados à AJG em 2025, correspondente a até 24,42% das receitas originárias dos atos e serviços notariais e registrais arrecadadas no exercício financeiro, foi de R\$ 96.646.419,48. Todavia, diante da insuficiência financeira para pagamento integral dos valores relativos à AJG, o PJSC acionou o Convênio n. 18/2022, celebrado com o Poder Executivo, cujo objeto é a regulamentação da transferência financeira para cobertura de eventual insuficiência de recursos para pagamento integral das requisições de pagamentos de honorários realizadas por meio do Sistema AJG/PJSC. Assim, considerando que os valores destinados pela Lei Complementar n. 188/1999 se mostraram insuficientes, o Poder Executivo repassou o montante de R\$ 29.629.636,41. Com isso, a despesa total liquidada da AJG no exercício financeiro de 2025 foi de R\$ 124.211.271,26.

A despesa incorrida diz respeito a 150.366 pagamentos de honorários a profissionais que atuaram em benefício dos hipossuficientes e corresponde ao quantitativo de 164.062 pessoas assistidas pela AJG, número 20,65% superior a 2024.

Programa Orçamentário	Subação	Dotação Atualizada	Liquidado	RPNP Pagos
0929 – Governança, Responsabilidade Ambiental e Social	14267 – Prestação de Assistência Judiciária Gratuita - FRJ	R\$ 96.646.419,48	R\$ 124.211.271,26	R\$ 1.700.130,01
Principais produtos/serviços ofertados				
TOTAL DE CADASTROS ATIVOS: 37.651				
Advogados – 13.961				
Curadores Advogados – 1.309				
Peritos – 22.100				
Intérpretes – 135				
Tradutores - 146				

NÚMERO DE PESSOAS ASSISTIDAS: 164.062
REQUISIÇÕES DE PAGAMENTO PROCESSADAS: 150.366
LIMITE LEGAL DE RECEITA DO FRJ DESTINADA À AJG: R\$ 96.646.419,48
VALOR TOTAL DA DESPESA LIQUIDADADA DE AJG: R\$ 124.211.271,26
Valor liquidado de honorários: R\$ 101.490.848,05
Valor liquidado de INSS patronal: R\$ 18.593.352,51
Valor ressarcido à PGE e particulares: R\$ 158.676,12
Valor repassado à UDESC: R\$ 217.666,65
Valor ressarcido ao INSS: R\$ 2.985.149,79
Valor pago de PASEP: R\$ 734.080,54
Valor relativo a regularizações de sequestros judiciais: R\$ 31.497,59

2.2.2. Gestão de Pessoas

A Diretoria de Gestão de Pessoas e a Coordenadoria de Magistrados são os responsáveis pelo gerenciamento e supervisão de pessoal do Poder Judiciário, tanto da Justiça de Primeiro Grau, quanto da Secretaria do Tribunal de Justiça, envolvendo magistrados, servidores efetivos e comissionados, inativos, pensionistas, cedidos, estagiários e voluntários.

A principal atividade diz respeito à gestão da folha de pagamento. Abaixo se destaca o que de mais importante afetou esta ação.

Programa Orçamentário	Subação	Dotação Atualizada	Liquidado	RPNP Pagos
0926 – Manutenção da prestação jurisdicional	6777 – Administração de pessoal ativo e encargos - TJ	3.180.572.756,12	3.141.555.472,55	-
0926 – Manutenção da prestação jurisdicional	6780 – Administração de pessoal inativo e encargos - TJ	101.884.529,88	101.884.529,85	-
0926 – Manutenção da prestação jurisdicional	12930 – Administração extraquadro e serviços terceirizados - TJ	73.267.943,03	73.227.943,03	-
0926 – Manutenção da prestação jurisdicional	14044 – Suporte à atividade jurisdicional - TJ	7.466.586,00	1.410.612,43	-

0926 – Manutenção da prestação jurisdicional	14056 – Administração extraquadro e serviços terceirizados - FRJ	164.027.663,68	121.319.985,63	9.588.051,31
0926 – Manutenção da prestação jurisdicional	14061 – Gestão de folha de pagamento - fiscalização cartórios extrajudiciais - FRJ	13.075.936,42	11.106.460,30	-
0926 – Manutenção da prestação jurisdicional	14122 – Administração de pessoal ativo e encargos - SIDEJUD	437.773.460,03	340.665.669,17	-
0926 – Manutenção da prestação jurisdicional	14124 – Serviços terceirizados - SIDEJUD	78.924.663,81	61.406.693,97	164.811,56
0926 – Manutenção da prestação jurisdicional	15402 – Administração de pessoal inativo e encargos - SIDEJUD	24.176.580,24	18.413.930,06	-
0926 – Manutenção da prestação jurisdicional	16113 – Administração de pessoal ativo e encargos - FRJ	374.716.482,49	175.689.117,81	-

Principais produtos/serviços ofertados

- Nomeações de novos cargos efetivos de servidores, juízes e desembargadores.
 - Indenização de saldos de licença-prêmio, férias e plantão.
 - Ampliação do número de servidores atuando em regime de cooperação.
 - Majoração e redimensionamento da gratificação do júri (Res. GP 07/2025).
- Complementação do Benefício Especial Previdenciário - BEP (dobro do teto Res. GP 81/2024).
 - Concessão data-base de 5,53% aos servidores (ativos e inativos com paridade).
 - Reajuste de 4,77% dos inativos sem paridade (Decreto 924/2025).
- Reajuste para militares e agentes da polícia e científica (LC 872/2025 e Res. GP 50/2025).
 - Reestruturação da tabela de vencimentos (LC 874/2025).
- Majoração da assistência médico-social de 12,7% para 15% do ANS-3/J (Res. GP 63/2025).
- Reestruturação da gratificação de técnico de suporte em informática - TSI (Res. GP 76/2025).

Programa Orçamentário	Subação	Dotação Atualizada	Liquidado	RPNP Pagos
0927 – Desjudicialização e aprimoramento da prestação jurisdicional	6781 – Capacitação e aperfeiçoamento - SIDEJUD	1.851.265,77	1.787.997,40	-
0927 – Desjudicialização e aprimoramento da prestação jurisdicional	14029 – Desenvolvimento de Pessoas - SIDEJUD	364.934,23	131.001,85	-
Principais produtos/serviços ofertados - Bolsa de estudos de graduação e pós-graduação - Contratação de serviços continuados de infraestrutura e logística destinados à realização de eventos promovidos pela Diretoria de Gestão de Pessoas.				

2.2.3 Capacitação

A Academia Judicial (AJ) é o órgão de educação do PJSC, responsável pela realização de diversas ações formativas, de atualização e de aperfeiçoamento de magistrados, servidores e colaboradores, visando à renovação de conhecimentos, habilidades e atitudes capazes de aprimorar a atuação profissional e, conseqüentemente, a prestação jurisdicional.

Como integrante da estratégia organizacional do Poder Judiciário catarinense, a AJ está inserida na perspectiva “Aprendizado e Crescimento” do mapa estratégico da instituição, com o objetivo de “promover a saúde, a qualidade de vida, o desenvolvimento humano e a formação profissional para a melhoria contínua”.

Entre as ações formativas desenvolvidas pela AJ, os cursos podem ser classificados em formação inicial, formação continuada e formação suplementar. No que diz respeito à modalidade, podem ser realizados a distância (com tutoria ou autoinstrucional), de forma presencial ou semipresencial.

A organização do ensino da AJ ainda contempla os programas institucionais que têm por finalidade a promoção de ações de formação de políticas educacionais ligadas ao planejamento estratégico do Tribunal de Justiça, por intermédio de parcerias direcionadas a atender a demandas específicas da sociedade e do PJSC. Aliados aos cursos regulares de formação funcional, buscam atender à demanda interna do Poder Judiciário e são voltados para a qualificação e o desenvolvimento de habilidades e competências dos magistrados e servidores para o enfrentamento de questões complexas e estratégicas indispensáveis aos desafios emergentes do sistema público e da sociedade catarinense.

Programa Orçamentário	Subação	Dotação Atualizada	Liquidado	RPNP Pagos
0927 – Desjudicialização e aprimoramento da prestação da prestação jurisdicional	6781 – Capacitação e aperfeiçoamento - SIDEJUD	20.885.234,00	15.073.031,51	271.994,66

PRINCIPAIS CURSOS E EVENTOS REALIZADOS EM 2025

As Pirâmides Coloridas de Pfister - Módulo Avançado
As Pirâmides Coloridas de Pfister - Módulo Básico
1º Encontro STJ Brasil e STJ Portugal - Etapa Florianópolis
3º Encontro Catarinense de Justiça Restaurativa
4º Encontro do Colégio Permanente de Vice-Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil
5ª Semana de Acessibilidade e Inclusão - Painel
5ª Semana de Acessibilidade e Inclusão - Palestras e Oficinas
Admissibilidade do Recurso Especial Interpretada pela Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça
Alta Performance nas Contratações Públicas
Ambientação de Novos Magistrados
Arquitetura Paisagística
Atendimento ao Público com Qualidade
Atuação em Rede na Prevenção e Enfrentamento da Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres: um compromisso interinstitucional
Automatização no Eproc - Teoria e Prática
Avançado de Cumprimento de Mandados - Prática e Uniformização
Básico de Cumprimento de Mandados - Compreensão e Execução - Turma 01/2025
Capacitação Anual dos Policiais Militares Lotados no PJSC - 8 Turmas
Capacitação dos Testes Psicológicos Palográfico e NEO-PI-R
Capacitação em Armamento e Tiro Defensivo para o Público Feminino do Poder Judiciário
Capacitação Estadual em Execução Penal no Meio Aberto - SEEU e SAREF
Capacitação para atuação na Vara Estadual de Crime Organizado
Capacitação para Exercício do Plantão Judiciário
Cine Debate do Filme “Quem Precisa de Identidade?”
Como utilizar o BI para fazer a gestão da unidade judicial com base em dados - Módulo Virtual – 2 Turmas
Compartilhando Responsabilidades - “O que eu posso fazer pela minha saúde mental? E a instituição onde trabalho: o que ela pode fazer?”
Comunicação Social, Judiciário, Gênero e Diversidade
Congresso Catarinense da Magistratura
Curso Artificial Intelligence at Work: do zero ao intermediário - 2 Turmas
Curso Cuidar de Si: práticas para a gestão das emoções no trabalho - 6 Turmas
Curso de Agentes de IA - Consultor de Juros da VEDB
Curso de Aperfeiçoamento para Facilitadores de Justiça Restaurativa
Curso de Defesa Pessoal para Mulher do Judiciário
Curso de Direção Defensiva, Evasiva e Ofensiva - Módulo I - Básico - 4 Turmas
Curso de Direção Defensiva, Evasiva e Ofensiva - Módulo II - Avançado - 3 Turmas
Curso de Direção Defensiva, Evasiva e Ofensiva - Módulo III - Baixa Luminosidade

Curso de Formação de Facilitadores: justiça restaurativa e cultura da não violência
 Curso de Formação Inicial para Aprovados em Concursos Notariais e Registrais Catarinenses
 Curso de Home Defense e Tiro Básico Defensivo
 Curso de Introdução à Gestão do Conhecimento: Mapeamento e Análise do Conhecimento com Suporte de Inteligência Artificial
 Curso de Introdução em Justiça Restaurativa e Cultura da Não Violência
 Curso de Preparação para Aposentadoria de Magistrados - Itajaí
 Curso em Liderança e Gestão no Judiciário
 Curso ENFAM - Técnicas de Inquirição e Valoração da Credibilidade do Testemunho Baseada na Psicologia do Testemunho - Módulo I
 Curso Formação de Formadores do Programa PJSC nas Escolas
 Curso Inteligência Artificial Aplicada - 45 Turmas
 Curso Inteligência Artificial Aplicada para área administrativa - 5 Turmas
 Curso Inteligência Artificial Aplicada para o Segundo Grau - 6 Turmas
 Curso Inteligência Artificial Aplicada: unidades bancárias (projeto piloto)
 Curso Inteligência Artificial como Estratégia
 Curso Interrogatório Forense
 Curso Marco Legal da Primeira Infância e suas Implicações Jurídicas
 Curso Oficial de Formação Inicial para a Magistratura 2025
 Curso Prático para Facilitadores(as) de Grupos Reflexivos para Homens Autores de Violência - 5 Turmas
 Curso Táticas e Estratégias para Interrogar
 Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes - 6 Turmas
 Depoimento Especial nas Ações de Família: capacitação para os entrevistadores - 2 Turmas
 Depoimento Especial: atualização e aperfeiçoamento - 6 Turmas
 Diálogos Contemporâneos sobre Acesso à Justiça
 Resolução de Conflitos e Novas Tecnologias
 Direitos Humanos, Etnias, Raça e Gênero
 Efeitos Práticos da Política Antimanicomial
 Encontro de TSIs 2025
 Enfam - Construção da Decisão Judicial
 Enfam - Cooperação Judiciária - 2 Turmas
 Enfam - Direito da Família, Infância e Juventude na Era Digital
 Enfam - Direito dos Povos Indígenas e Questões Penais
 Enfam - Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência e o Novo Modelo Social de Inclusão - 3 Turmas
 Enfam - Formação de Formadores - Nível 1 - Módulo 3
 Enfam - Formação de Formadores - Nível I - Módulo I
 Enfam - Formação de Formadores: desenvolvimento docente - Nível 1 - Módulo 2
 Enfam - Formação de Tutores no Contexto da Magistratura

Enfam - Igualdade de Gênero: julgar com perspectiva de gênero
Enfam - Judicialização da Saúde Pública - Fundamentos e Práticas para a Atuação Judicial
ENFAM - Juiz de Garantias - 2 Turmas
Enfam - Marco Legal da Primeira Infância e suas Implicações Jurídicas
Enfam - Resolução n. 484/2022 do CNJ: diretrizes para a realização do reconhecimento de pessoas em procedimentos e processos criminais
ENFAM - Técnicas de Inquirição - Módulo II – Etapa presencial
ENFAM - Técnicas de Inquirição e Valoração da Credibilidade do Testemunho Baseada na Psicologia do Testemunho - Módulo II
ENFAM - Teoria e Prática dos Precedentes
Envolver e Transformar: PJSC sem assédio e discriminação
Eproc em Foco - 24 Turmas
Fake News e o Espaço Público Digital
FEJESC
Ferramentas para Inclusão e Atendimento da Pessoa Autista nas Unidades do PJSC
Formação Básica de TSI - Módulo II - 2 Turmas
Formação Básica TSI - Módulo I - 2 Turmas
Formação de Formadores em Inteligência Artificial Aplicada para a Área Administrativa
Formação de Formadores em Inteligência Artificial Aplicada para o Segundo Grau
Formação de Formadores para Curso sobre Inteligência Artificial Aplicada
Formação de Mediadores e Conciliadores Judiciais - 5 Turmas
Formação de Residentes Jurídicos
Formação em Conciliação Judicial - Turma 01/2025
Formação em Gestão de Projetos - Turma 01/2025
Formação Inicial para Estagiários - Unidades Administrativas
Formação Inicial para Estagiários - Unidades Judiciais - Área Cível
Formação Inicial para Estagiários - Unidades Judiciais - Área Criminal
Formação Inicial para Servidores - Unidades Administrativas
Formação Inicial para Servidores - Unidades Judiciais - Área Cível
Formação Inicial para Servidores - Unidades Judiciais - Área Criminal
Fundamentos Básicos de Acessibilidade e Inclusão
Gênero Bate à Porta do Judiciário: aplicando o Formulário Nacional de Avaliação de Risco
Gestão de Trabalhos com Homens Autores de Violência contra as Mulheres
I Encontro de Juízes da Infância e Juventude do Poder Judiciário de Santa Catarina
I Encontro dos Juízes Corregedores de Unidades Prisionais do Estado de Santa Catarina
II Seminário de Questões Étnico-Raciais e a Agenda Jurídica Antirracista
II Seminário do Programa Indira: construindo alternativas para o enfrentamento da violência de gênero
Inclusão da Pessoa com Autismo no PJSC: conhecimentos básicos

Introdução à Gestão de Projetos - Turma 01/2025
Introdução à Inteligência Artificial no Poder Judiciário
Inventário e Partilha: uma visão prática
Jornada Data-Driven no Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina: da análise descritiva à inteligência artificial
Justiça em Debate: desvendando a interseccionalidade entre LGBTI e racismo no encarceramento
Língua Portuguesa: tópicos gramaticais
Marco Legal da Primeira Infância e suas Implicações Jurídicas
Metodologia de Análise e Solução de Problemas - Turma 01/2025
Microsoft 365 (nuvem do PJSC) - Básico
O Papel do Judiciário no Enfrentamento a Violações de Grupos Vulneráveis
Oficina de Políticas Institucionais – 2 Turmas
Palestra “Liderança e Gestão no Judiciário”
Participação Institucional Feminina: diálogos sobre Poder Judiciário, trabalho, gênero feminino e espaço institucional
Pensamento Adaptativo e Gestão de Mudança - Turma 01/2025
Pensamento Sistêmico e Gerenciamento de Benefícios - Turma 01/2025
Por Que é Como Atuar com os Precedentes Judiciais no Brasil?
Pós-Graduação em Direito, Processo e Jurisdição: dilemas contemporâneos e perspectivas - Seminário
Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral, Sexual e Outras Formas de Discriminação
Programa “PJSC nas Escolas” - 4 Turmas
Programa de Gestão de Unidades Judiciais - 4 Turmas
Programa Sextas do Saber - Aspectos Relevantes e Controvertidos da Jurisdição Constitucional
Programa Sextas do Saber - Coisa Julgada em Favor de Terceiros
Programa Sextas do Saber - Direito Constitucional Climático: dos deveres estatais de proteção climática ao direito fundamental ao clima
Programa Sextas do Saber - Direito Empresarial
Programa Sextas do Saber - Edadismo y Violencia de Género: herramientas que el Derecho Civil puede ofrecer
Programa Sextas do Saber - Hermenêutica e Argumentação no Constitucionalismo Atual
Programa Sextas do Saber - La Víctimodogmática ante la Víctima Vulnerable
Programa Sextas do Saber - Planos de Parentalidade como Forma de Efetivar a Guarda Compartilhada
Programa Sextas do Saber - Servidor Rico, Servidor Pobre
Programa Sextas do Saber: Judicialização da Saúde
Programa Sextas do Saber: O uso da IA no Poder Judiciário de Santa Catarina
Regime das parcerias voluntárias, convênios e contratos de repasse - Zênite
Regime Próprio de Previdência do Estado de Santa Catarina
Saúde Mental e Trabalho no Poder Judiciário
Seminário “Desafios do ensino jurídico na era da inteligência artificial”

Seminário A Cultura dos Precedentes e a Relação STJ/Tribunais de Justiça
 Seminário A Nova Lei de Seguros
 Seminário Catarinense de Chefes de Secretaria de Foro do PJSC
 Seminário de Direito Comparado Brasil-Portugal
 Seminário de Prevenção à Violência Doméstica contra as Mulheres
 Seminário Estadual de Unidades com Competência em Execução Penal
 Seminário Fortalecimento dos Conselhos da Comunidade: formalização, projetos e boas práticas
 Seminário Nós por Elas
 Seminário o Direito e a Saúde: Repensando a Judicialização
 Seminário O Juiz e o Estado Democrático de Direito: fundamentos e desafios
 Seminário Padronização de Ementas Segundo a Recomendação n. 154/2024 do CNJ
 Seminário Regional da Magistratura Catarinense: a perspectiva jurisdicional do Direito - Blumenau
 Seminário Técnico sobre Perícias e Avaliações
 Sobre os Impactos da Violência: conhecimentos básicos para a escuta e acolhimento em contextos traumáticos
 TJSC Boas Práticas: encontro com o Ministro Luiz Edson Fachin
 Tópicos Atuais de Direito Processual Civil
 Tópicos Atuais em Direito Penal e Processual Penal
 Trabalho Não Presencial no PJSC
 Treinamento Básico de Atendimento a Emergências - 11 Turmas
 Trilha de Compras em Inovação: fundamentos jurídico-normativos das compras de inovação
 Workshop - Formação Continuada de Mediadores e Conciliadores Judiciais
 Workshop - Potencializando a Prática dos Precedentes

0927 – Desjudicialização e aprimoramento da prestação jurisdicional

15044 – Capacitação e aperfeiçoamento - FRJ

13.205.632,00

11.064.134,32

-

Principais produtos/serviços ofertados

Residência Jurídica

2.2.4. Garantia da Prestação de Serviços Extrajudiciais

A Lei Complementar estadual n. 807/2022 foi instituída para simplificar e desburocratizar a apuração e a arrecadação do FRJ incidente sobre os atos praticados pelas serventias notariais e de registro do Estado de Santa Catarina, e a aplicação do selo de fiscalização.

De acordo com a nova sistemática, será realizada a cobrança da taxa do FRJ e do selo de fiscalização como um valor percentual dos emolumentos devidos pelo ato notarial ou registral. Em outras palavras, ao solicitar a prática de determinado ato, o usuário deverá pagar os emolumentos e, sobre eles, a respectiva taxa de polícia fixada percentualmente (destinada ao FRJ e ao selo de fiscalização).

Com a mudança acima, houve uma alteração relevante na dinâmica de consumo de selos de fiscalização pelas serventias. Anteriormente, as serventias eram legalmente obrigadas a adquirir antecipada e onerosamente os selos de fiscalização do Tribunal de Justiça (art. 6º, caput, c/c art. 8º da LC n. 175/1998). A nova sistemática, neste ponto, volta-se para um novo regulamento, pelo qual as serventias solicitarão, sem ônus, os selos de fiscalização, que serão posteriormente cobrados dos usuários e repassados a este Tribunal de Justiça.

O procedimento encurtou a burocracia e possibilitou a qualificação e estabilização das receitas utilizadas no custeio da atividade fiscalizatória e no ressarcimento dos atos gratuitos, submetida às oscilações sazonais da aquisição dos selos de fiscalização. Isso porque, com a nova sistemática, o Tribunal auferirá os valores inerentes aos emolumentos recebidos durante o mês pelo delegatário, desvinculando a receita das demandas dos delegatários - mais instável - e vinculando-a à contraprestação dos atos praticados pelos serviços notariais e registrais.

Assim, o ressarcimento de todos os atos e serviços extrajudiciais isentos praticados nos termos da legislação vigente e o pagamento da renda mínima serão custeados com o percentual de 26,73% da receita do FRJ, deduzido do total o percentual de até 20%, referente aos custos de pessoal, de implantação de sistema informatizado, de materiais necessários à prestação do serviço e respectiva manutenção, da fiscalização e das atividades correccionais (art. 15 da LC n. 807/2022).

Programa Orçamentário	Subação	Dotação Atualizada	Liquidado	RPNP Pagos
0926 – Manutenção da Prestação Jurisdicional	6786 – Garantia da prestação de serviços extrajudiciais - FRJ	97.875.310,34	82.468.121,63	-
Principais produtos/serviços ofertados				
<ul style="list-style-type: none"> - Ressarcimento de 1.095.994 atos gratuitos ressarcidos em 2025, totalizando o valor de R\$ 64.323.022,98. - Renda Mínima (140 serventias beneficiadas em 2025, totalizando o valor de R\$ 15.164.373,26). - Devolução de selos de fiscalização não utilizados (serventias receberam a segunda parcela), totalizando o valor de R\$ 141.341,03. - Despesa com diárias para assessores correccionais, juiz corregedor e corregedor-geral do Foro Extrajudicial para participação em correições, congressos, seminários e cursos, no valor de R\$ 605.272,46. <li style="padding-left: 40px;">- Auxílio-combustível, no valor de R\$ 3.357,69. - Condução de magistrado e servidor do Extrajudicial em veículo oficial, no valor de R\$ 82.468.121,63. 				

2.2.5. Inteligência e Segurança Institucional

O Conselho de Segurança Institucional é órgão vinculado à Presidência que objetiva primordialmente estabelecer ações focadas na garantia da segurança de magistrados, de servidores e do patrimônio do PJSC.

Por meio da Resolução GP n. 10, de 21 de março de 2018, o TJSC criou o Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional (NIS), a fim de concretizar a nova política de segurança institucional do Tribunal, profissionalizando sua atuação em busca de maior efetividade na proteção de magistrados, servidores e usuários, e também das instalações do Judiciário, em linha com o estatuído pelo CNJ nas Resoluções n. 104/2010, n. 176/2013 e n. 239/2016.

Atualmente, a atuação e a competência tanto do CSI quanto do NIS estão respaldadas na Resolução GP n. 11, de 14 de fevereiro de 2022. Esse dispositivo consolida as funções de realização de atividades estratégicas de segurança institucional pelo CSI e é enfático ao reafirmar a competência do NIS para a realização das atividades de inteligência e segurança institucional no âmbito do Poder Judiciário catarinense, estando em consonância com as Resoluções n. 383, de 25 de março de 2021, e n. 435, de 28 de outubro de 2021, ambas do CNJ.

Programa Orçamentário	Subação	Dotação Atualizada	Liquidado	RPNP Pagos
0928 – Infraestrutura para o novo modelo de justiça	14039 – Proteção do patrimônio público e das pessoas - SIDEJUD	14.716.977,32	11.271.680,57	742.625,72
Principais produtos/serviços ofertados				
309 atendimentos a pedidos de apoio de magistrados e servidores da instituição (distribuídos em todo o Estado), bem como de autoridades de outras Instituições que requisitaram apoio do PJSC para escolta e segurança aproximada. Incluem-se no quantitativo os atendimentos a magistrados em situação de ameaça em razão da atividade funcional.				
318 relatórios de inteligência produzidos.				
436 consultorias de segurança.				
Atuação direta em 2 incidentes de segurança, incluindo incidentes de segurança da informação.				
14 atendimentos do Programa Indira – Pelas mulheres do PJSC.				
11 rodas de conversa do Programa Indira – Pelas mulheres do PJSC, com participação de 267 mulheres.				
Programa Conhecer para se Proteger, que realizou palestras em 16 municípios, atendendo 28 escolas e impactando diretamente aproximadamente 5.000 estudantes.				
136 magistrados atendidos em 97 unidades do Estado.				
15 visitas técnicas em comarcas para fins de confecção de diagnóstico de segurança física de instalações.				
19 cursos de autoproteção para magistrados e servidores, nas modalidades de tiro tático e direção defensiva, módulos básico e avançado. Entre esses cursos estão incluídas as revitalizações para o efetivo de segurança do Poder Judiciário catarinense.				
Continuidade na instalação do Sistema Integrado de Videomonitoramento do Poder Judiciário, finalizando as unidades de entrância especial e iniciando as unidades de entrância final e inicial.				

Participação de integrantes do NIS em diversos cursos/capacitações na área da segurança institucional e inteligência realizados por outros órgãos.
14 testes de aptidão técnica para manuseio de armas de fogo entre os magistrados do PJSC.
Instalação de 27 pórticos detectores de metais em unidades de entrância inicial e unidades administrativas do PJSC, dando continuidade ao projeto de incremento de segurança das unidades judiciárias.
Estruturação material do NIS com a aquisição de equipamentos para utilização pelas equipes durante as atividades (6 mochilas; 2 câmeras 360; 3 trilhos de suporte para fuzil; 3 kits mira para fuzil; 1 bipé para fuzil; 10 óculos balísticos; 8 lanternas táticas Fênix; 1 kit conjunto giroflex e sirene VTR; 1 cronógrafo; 2.000 alvos para instrução e treinamento; 7 cases rígidos para fuzil; 30 camisetas rash guard para curso de proteção de mulheres; 4 abafadores eletrônicos; 4 bandoleiras; 13 cintos táticos; 6 suportes bandoleiras para armas longas).
Realização de manutenções corretivas em equipamentos de controle de acesso instalados nas unidades judiciárias, a exemplo dos pórticos detectores de metais e escâneres raios x de bagagens (antes do Contrato 68/2025).
Assinatura do Contrato 68/2025 - Objeto contratado: Contratação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva com fornecimento total de peças, a serem executados sob o regime de empreitada por preço unitário para os equipamentos de inspeção por raios X de inspeção de bagagens distribuídos pelo PJSC.
Aquisição de equipamentos para operações de inteligência e varredura ambiental.

2.2.6. Controle de Acesso às Instalações, Digitalização de Documentos e Atualização do Acervo Bibliográfico

A Diretoria de Gestão Documental e Memória (DGDM) tem como atribuições assegurar o cumprimento de decisões e orientações emanadas pelos órgãos competentes da área de gestão documental e de memória; guardar e conservar os processos judiciais arquivados pelas comarcas e pelo Tribunal de Justiça, deste incluídos os processos administrativos; preservar os documentos e objetos de valor histórico, em conformidade com a política de gestão documental do PJSC; providenciar a eliminação de autos findos arquivados, observados os critérios técnicos definidos nas normas expedidas pelo CNJ e pelo Tribunal de Justiça; planejar e orientar a gestão arquivística de documentos digitais; propor ações de incentivo à produção do conhecimento científico, didático e cultural, com base no acervo bibliográfico do PJSC; gerir o acervo bibliográfico do Poder Judiciário catarinense; propor condições de difusão e acesso público aos documentos arquivísticos do PJSC; coordenar a atividade de elaboração normativa do PJSC; diagramar e disponibilizar o Diário da Justiça eletrônico; supervisionar os serviços de recepção e informações e controlar o acesso do público interno e externo às dependências do Tribunal de Justiça; e administrar o Sistema Eletrônico de Informações (SEI).

A partir do valor atribuído a essa diretoria na Lei Orçamentária Anual de 2025 e das atribuições acima destacadas, foram distribuídos os recursos orçamentários e executados os principais projetos/atividades, conforme as prioridades da Administração e o planejamento dos setores, ofertando-se os produtos/serviços abaixo.

Programa Orçamentário	Subação	Dotação Atualizada	Liquidado	RPNP Pagos
0926 – Manutenção da prestação jurisdicional	14155 – Manutenção de documentação e informação - FRJ	2.075.880,00	874.417,68	228.882,71
Principais produtos/serviços ofertados				
<ul style="list-style-type: none"> - Fornecimento de carteiras de identidade funcional para magistrados. - Fornecimento de crachás para servidores, advogados, membros do Ministério Público, residentes, estagiários, terceirizados e visitantes. - Aquisição de catracas de acesso, software integrados de controle de registro de acesso, controlador biométrico facial compatível com o sistema integrado (Telemática). - Contratação de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos (catracas eletromecânicas e relógios ponto – DIMEP) para o TJSC. - Contratação de manutenção preventiva e corretiva para as catracas de acesso e softwares instalados nas comarcas do PJSC (Telemática). - Contratação de serviço de veiculação de publicações de atos administrativos do TJSC em portal de publicidade legal. - Contratação de serviço de veiculação de publicações de atos judiciais do TJSC no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina. <ul style="list-style-type: none"> - Aquisição de caixas de arquivo em papelão para a Divisão de Arquivo e comarcas. - Aquisição de pallets de plástico e rack/container aramado para a Divisão de Arquivo. <ul style="list-style-type: none"> - Aquisição de transpaleteira manual para a Divisão de Arquivo. - Aquisição de impressora térmica de etiquetas para caixas de arquivo. <ul style="list-style-type: none"> - Aquisição de arquivo fixo para microfimes - estante. - Aquisição de insumos para impressão de etiquetas para caixas e processos. - Contratação de manutenção para as empilhadeiras elétricas e paleteiras manuais da Divisão de Arquivo. <ul style="list-style-type: none"> - Aquisição de bateria para empilhadeira. - Aquisição de peças para manutenção das catracas. - Contratação de serviço de audiodescrição. - Aquisição de materiais para higienização de processos históricos. - Contratação de serviço de restauração de móveis do antigo Tribunal Pleno e objetos museais pertencentes ao Museu Desembargador Tycho Brahe Fernandes e ao TJSC. <ul style="list-style-type: none"> - Realização de exposições (museu, biblioteca e arquivo). 				
0927 – Desjudicialização e aprimoramento da prestação jurisdicional	14158 – Atualização do acervo bibliográfico - FRJ	1.518.015,00	623.920,22	143.347,49

Principais produtos/serviços ofertados

- Contratação de serviço de disponibilização do acesso a uma base digital da Editora Revista dos Tribunais.
 - Contratação de licença temporária para acesso e consulta à base de dados de obras da plataforma Minha Biblioteca.
- Contratação do serviço de disponibilização de acesso online da biblioteca digital Proview.
 - Contratação de serviço de disponibilização de acesso à coleção digital HeinOnline.
- Aquisição de obras bibliográficas para magistrados, bibliotecas e unidades administrativas e judiciárias.
 - Aquisição de fitas para restauração de obras.
 - Aquisição de porta-etiqueta magnética.
 - Assinatura de revistas e jornais.

2.2.7. Construções, Reformas, Ampliações e Manutenção Predial

A Diretoria de Engenharia e Arquitetura (DEA) do TJSC é o setor responsável pelo planejamento e execução de projetos, além da fiscalização de obras de construção, ampliação e reforma de edificações do Poder Judiciário catarinense, bem como da gestão de diversos contratos de manutenção predial.

Os recursos orçamentários, oriundos do FRJ, estão distribuídos de acordo com a necessidade de cada projeto e dentro da vigência do Plano Plurianual (PPA), período de quatro anos.

A DEA tem como principal atribuição o gerenciamento de ações destinadas ao cumprimento de metas, propostas e diretrizes traçadas pela Administração, conforme a seguir.

Programa Orçamentário	Subação	Dotação Atualizada	Liquidado	RPNP Pagos
0928 – Infraestrutura para o novo modelo de justiça	6602 – Reforma do Fórum da Comarca de Blumenau - Sede - FRJ	6.115.000,00	4.859.141,92	-
Principais produtos/serviços ofertados - Contrato: 05/2024 – reforma global do Fórum da Comarca de Blumenau Valor total do contrato e aditivos: R\$ 22.190.209,69 Área do prédio: 10121,23m ² Situação da obra: 26% executado – obra em atraso.				
0928 – Infraestrutura para o novo modelo de justiça	6640 – Construção do Fórum da Comarca de São José do Cedro - FRJ	433.013,46	28.013,46	-
0928 – Infraestrutura para o novo modelo de justiça	6646 – Reforma do Fórum da Comarca de Brusque - FRJ	61.108,58	60.258,96	3.038,70

0928 – Infraestrutura para o novo modelo de justiça	6657 – Construção do Fórum da Comarca de Rio Negrinho - FRJ	733.724,65	315.417,63	-
0928 – Infraestrutura para o novo modelo de justiça	6668 – Reforma do complexo do Tribunal de Justiça - FRJ	5.309.399,15	4.437.260,80	483.801,63
Principais produtos/serviços ofertados - Contrato: 66/2023 – instalação do novo sistema de climatização da Torre I Valor total do contrato e aditivos: R\$ 9.960.062,07 Área do prédio: 15.461,32 m ² Situação da obra: 100% executada – obra concluída.				
0928 – Infraestrutura para o novo modelo de justiça	6673 – Construção do Fórum da Comarca de Garuva - FRJ	150.000,00	145.480,93	-
0928 – Infraestrutura para o novo modelo de justiça	6679 – Construção do Fórum da Comarca de Garopaba - FRJ	71.193,23	71.193,23	81.481,23
0928 – Infraestrutura para o novo modelo de justiça	6680 – Reforma do Fórum da Comarca de Balneário Camboriú - Sede - FRJ	5.000,00	-	57.533,36
0928 – Infraestrutura para o novo modelo de justiça	6684 – Construção do Fórum da Comarca de Campos Novos - FRJ	7.321.779,94	6.709.145,32	-
Principais produtos/serviços ofertados - Contrato: 07/2024 – construção do Fórum da Comarca de Campos Novos Valor total do contrato e aditivos: R\$ 22.329.043,39 Área do prédio: 4352,72 m ² Situação da obra: 35% executada – obra em atraso.				
0928 – Infraestrutura para o novo modelo de justiça	6687 – Construção do Fórum da Comarca de Curitiba - FRJ	52.715,29	52.715,29	-
0928 – Infraestrutura para o novo modelo de justiça	6689 – Reforma do Fórum da Comarca de Itajaí - Sede - FRJ	80.876,65	68.576,86	-
0928 – Infraestrutura para o novo modelo de justiça	9279 – Reforma do Fórum da Comarca de Joinville - Sede - FRJ	1.141.049,40	600.870,36	102.065,11
0928 – Infraestrutura para o novo modelo de justiça	10410 – Reforma do Fórum da Comarca de Campo Erê - FRJ	574.366,79	574.366,79	25.336,93
0928 – Infraestrutura para o novo modelo de justiça	10516 – Reforma do Fórum da Comarca de Taió	55.000,00	53.688,58	-

0928 – Infraestrutura para o novo modelo de justiça	10529 – Construção do Fórum da Comarca de Araquari - FRJ	12.178.473,72	10.881.448,67	657.358,71
Principais produtos/serviços ofertados - Contrato: 17/2023 – construção do Fórum da Comarca de Araquari Valor total do contrato e aditivos: R\$ 20.136.729,32 Área do prédio: 3.840,29 m ² Situação da obra: 88% executada – obra em dia.				
0928 – Infraestrutura para o novo modelo de justiça	11625 – Construção do Fórum da Comarca de Herval do Oeste - FRJ	-	-	1.067.629,73
0928 – Infraestrutura para o novo modelo de justiça	11628 – Construção do Fórum da Comarca de Sombrio - FRJ	445.000,00	382.635,80	-
0928 – Infraestrutura para o novo modelo de justiça	11633 – Construção do Fórum da Comarca de São Lourenço do Oeste - FRJ	5.332.253,81	5.332.253,80	-
Principais produtos/serviços ofertados - Contrato: 54/2022 – construção do Fórum da Comarca de São Lourenço do Oeste Valor total do contrato e aditivos: R\$ 17.314.175,35 Área do prédio: 3.077,49 m ² Situação da obra: 100% executada – obra concluída.				
0928 – Infraestrutura para o novo modelo de justiça	11634 – Construção do Fórum da Comarca da Imbituba - FRJ	2.355.133,58	2.351.986,11	137.830,00
0928 – Infraestrutura para o novo modelo de justiça	11635 – Reforma do Fórum de Santa Rosa do Sul	101.218,80	39.006,33	-
0928 – Infraestrutura para o novo modelo de justiça	11717 – Ampliação do Fórum da Comarca de Balneário Camboriú - Sede - FRJ	8.000,00	-	6.081,12
0928 – Infraestrutura para o novo modelo de justiça	11727 – Ampliação do Fórum da Comarca de Campo Erê - FRJ	271.453,56	271.453,56	4.579,33
0928 – Infraestrutura para o novo modelo de justiça	11728 – Ampliação do Fórum da Comarca de Santa Rosa do Sul - FRJ	1.480.000,00	827.239,12	-

Principais produtos/serviços ofertados - Contrato: 17/2025 – reforma global e ampliação do Fórum da Comarca de Santa Rosa do Sul Valor total do contrato e aditivos: R\$ 12.849.994,02 Área do prédio: 2.200,77 m ² Situação da obra: 7% executada – obra em dia.				
0928 – Infraestrutura para o novo modelo de justiça	12431 – Reforma do Fórum da Comarca de Lages - FRJ	3.718,37	3.718,37	-
0928 – Infraestrutura para o novo modelo de justiça	12466 – Reforma do Fórum da Comarca de Laguna - FRJ	1.091.000,00	1.057.657,04	-
Principais produtos/serviços ofertados - Contrato: 78/2024 – reforma parcial do Fórum da Comarca de Laguna - Cobertura Valor total do contrato e aditivos: R\$ 1.060.986,13 Área do prédio: 3.028,36 m ² Situação da obra: 98% executada - obra em atraso.				
0928 – Infraestrutura para o novo modelo de justiça	12474 – Reforma do complexo do Almojarifado Central e Gráfica - FRJ	426.000,00	376.483,06	-
0928 – Infraestrutura para o novo modelo de justiça	12477 – Manutenção predial - FRJ	64.917.472,07	51.614.125,66	4.048.155,55
Principais produtos/serviços ofertados - Contratos de serviços continuados de manutenção predial preventiva e corretiva, adequação, modernização e melhoria da segurança dos prédios das 7 regiões do Estado. - Contratos de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva em elevadores e plataformas instaladas em prédios do PJSC. - Contratos de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos e sistemas de climatização instalados em prédios do PJSC. - Contratos de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva em subestações instaladas em prédios do PJSC. - Contratos de serviços continuados de avaliação periódica de sistemas de prevenção de incêndios instalados em prédios do PJSC. - Contratos de serviços de manutenção preventiva e corretiva de grupo motor gerador do Fórum da Capital - Sede.				
0928 – Infraestrutura para o novo modelo de justiça	12915 – Construção do Fórum da Comarca de Abelardo Luz - FRJ	6.127.658,79	5.823.729,62	22.687,85

Principais produtos/serviços ofertados				
- Contrato: 27/2023 – construção do Fórum da Comarca de Abelardo Luz				
Valor total do contrato e aditivos: R\$ 17.025.806,52				
Área do prédio: 3.023,05 m ²				
Situação da obra: 39% executada – obra em atraso.				
0928 – Infraestrutura para o novo modelo de justiça	12916 – Construção do Fórum da Comarca de Presidente Getúlio - FRJ	1.243.500,00	1.237.017,60	-
0928 – Infraestrutura para o novo modelo de justiça	12918 – Ampliação do Fórum da Comarca de Criciúma - FRJ	10.000,00	-	4.570,00
0928 – Infraestrutura para o novo modelo de justiça	12920 – Construção do Fórum da Comarca de Urussanga - FRJ	-	-	107.665,11
0928 – Infraestrutura para o novo modelo de justiça	12925 – Ampliação do Fórum da Comarca de Taió - FRJ	1.650.000,00	1.545.581,98	-
Principais produtos/serviços ofertados				
- Contrato: 89/2024 – reforma global e ampliação do Fórum da Comarca de Taió				
Valor total do contrato e aditivos: R\$ 13.115.000,00				
Área do prédio: 2.486,05 m ²				
Situação da obra: 12% executada – obra em dia.				
0928 – Infraestrutura para o novo modelo de justiça	12926 – Reforma do Fórum da Comarca da Capital - Fórum Eduardo Luz - FRJ	80.000,00	72.503,81	-
0928 – Infraestrutura para o novo modelo de justiça	14210 – Reforma do Fórum da Comarca de Balneário Camboriú - Fórum de Família - FRJ	3.619.214,67	3.055.575,44	-
0928 – Infraestrutura para o novo modelo de justiça	14217 – Reforma do Fórum da Comarca de Santo Amaro da Imperatriz - FRJ	2.295.268,31	2.295.268,31	-
Principais produtos/serviços ofertados				
- Contrato: 33/2024 – estabilização do talude no terreno do Fórum da Comarca de Santo Amaro da Imperatriz				
Valor total do contrato e aditivos: R\$ 4.051.556,87				
Área do prédio: 761,25 m ²				
Situação da obra: 100% executada - obra concluída.				
0928 – Infraestrutura para o novo modelo de justiça	14642 – Ampliação do Fórum da Comarca de Itajaí - Sede - FRJ	12.500,00	7.601,40	-

0928 – Infraestrutura para o novo modelo de justiça	14645 – Ampliação do Fórum da Comarca de Palmitos - FRJ	100.000,00	93.672,36	-
0928 – Infraestrutura para o novo modelo de justiça	14646 – Ampliação do Fórum da Comarca de Porto União - FRJ	60.000,00	40.925,91	350,63
0928 – Infraestrutura para o novo modelo de justiça	14647 – Ampliação do Fórum da Comarca de Santo Amaro da Imperatriz - FRJ	3.000,00	3.000,00	-
0928 – Infraestrutura para o novo modelo de justiça	15400 – Reforma do Fórum de São João Batista - FRJ	20.000,000	5.829,37	35,54
0928 – Infraestrutura para o novo modelo de justiça	15401 – Ampliação do Fórum de São João Batista - FRJ	95.000,00	50.338,49	306,94
0928 – Infraestrutura para o novo modelo de justiça	15424 – Reforma do prédio anexo ao Fórum da Comarca de São José - FRJ	1.915,751,00	1.832.572,22	241.835,56
Principais produtos/serviços ofertados - Contrato: 26/2024 – reforço estrutural do prédio anexo ao Fórum da Comarca de São José Valor total do contrato e aditivos: R\$ 3.296.211,46 Área do prédio: 5.753,64 m ² Situação da obra: 100% executada - obra concluída.				
0928 – Infraestrutura para o novo modelo de justiça	15699 – Construção do Fórum da Comarca de Penha	186.000,00	132.550,49	-
0928 – Infraestrutura para o novo modelo de justiça	16110 – Reforma do Fórum da Comarca de Joaçaba - FRJ	845.000,00	734.959,24	-
Principais produtos/serviços ofertados - Contrato: 08/2025 – reforma parcial do Fórum da Comarca de Joaçaba - acessibilidade Valor total do contrato e aditivos: R\$ 1.258.406,12 Área do prédio: 2.624,08 m ² Situação da obra: 58% executada - obra em dia.				
0928 – Infraestrutura para o novo modelo de justiça	16111 – Reforma do Fórum da Comarca de Mondaí - FRJ	311.475,16	73.990,78	-
0928 – Infraestrutura para o novo modelo de justiça	16112 – Ampliação do Fórum da Comarca de Mondaí - FRJ	191.000,00	46.608,11	-

2.2.8. Material e Patrimônio

A Diretoria de Material e Patrimônio é responsável por garantir a eficiência e a eficácia da cadeia logística do órgão. Está envolvida no planejamento, coordenação e controle de todas as atividades relacionadas a aquisição, armazenamento, distribuição e disposição de bens e serviços necessários às atividades do Tribunal.

Tem o papel de assegurar que os bens e serviços sejam entregues no prazo e com a qualidade especificada, além de garantir que as atividades de logística sejam realizadas de maneira vantajosa. Para isso, a equipe da Diretoria trabalha em estreita colaboração com as áreas internas do Tribunal, garantindo a integração das atividades e o bom andamento dos processos.

A Diretoria também é responsável por garantir o correto uso e conservação dos bens patrimoniais do Tribunal, além de fazer a gestão de contratos de prestação de serviços e de aquisição de bens e materiais.

Especificamente quanto às subações, consta a gestão de imóveis locados ou cedidos onerosamente, o que inclui a gestão administrativa e orçamentária dos contratos de locação, bem como a fiscalização administrativa do cumprimento das obrigações contratuais, com auxílio dos beneficiários dos imóveis.

No aspecto das melhorias nas instalações mobiliárias do Tribunal, além da aquisição de mobiliário para atender às unidades judiciárias, cabe a revisão e a manutenção deles, de forma a garantir a funcionalidade e a segurança para uso.

Programa Orçamentário	Subação	Dotação Atualizada	Liquidado	RPNP Pagos
0928 – Infraestrutura para o novo modelo de justiça	12655 – Expansão da estrutura judiciária - FRJ	4.832.800,00	4.285.100,00	-
Principais produtos/serviços ofertados Locação de imóveis Tributos incidentes sobre imóveis Taxa condominial Eventuais ressarcimentos por benfeitorias Cessão onerosa de bens de outros órgãos Avaliação de imóveis				
0928 – Infraestrutura para o novo modelo de justiça	14021 – Melhoria das instalações mobiliárias - FRJ	17.134.304,00	7.828.943,43	156.976,30
Aquisição de mobiliário Serviços de conserto de mobiliário Aquisição de etiquetas para radiofrequência Aquisição de bens de consumo estocáveis Serviços de transporte de mercadorias até as comarcas				
0926 – Manutenção da prestação jurisdicional	14036 – Infraestrutura e apoio às unidades - FRJ	3.093.410,00	2.265.443,49	14.530,80

Principais produtos/serviços ofertados Aquisição de mobiliário Serviços de conserto de mobiliário Aquisição de etiquetas para radiofrequência Aquisição de bens de consumo estocáveis Serviços de transporte de mercadorias até as comarcas				
0926 – Manutenção da prestação jurisdicional	14051 – Gestão de imóveis locados ou cedidos onerosamente - FRJ	10.909.636,00	7.990.505,26	520.967,06
Principais produtos/serviços ofertados Locação de imóveis Tributos incidentes sobre imóveis Taxa condominial Eventuais ressarcimentos por benfeitorias Cessão onerosa de bens de outros órgãos Avaliação de imóveis				

2.2.9. Promoção e Preservação da Saúde dos Colaboradores

A Diretoria de Saúde e Qualidade de Vida (DSQV) tem como atribuições propor, coordenar e executar as ações em saúde; prestar assistência emergencial à saúde de magistrados e servidores ativos; e realizar ações de promoção, prevenção e vigilância em saúde, como campanhas, pesquisas e divulgação sobre temas pertinentes.

A DSQV também é responsável por coordenar e supervisionar as atividades da Junta Médica Oficial do PJSC, na realização das perícias oficiais administrativas em saúde e na normatização e uniformização dos critérios e procedimentos.

Outrossim, a Diretoria participa das análises de acidentes de trabalho, acidentes em serviço e doenças ocupacionais. Ao produzir e analisar dados estatísticos, a DSQV os toma como subsídio para propor novas ações de saúde, além de exercer outras atividades no âmbito do PJSC em sua área de atuação.

Os recursos orçamentários, grande parte oriundos do FRJ, estão distribuídos de acordo com a necessidade de cada projeto e dentro da vigência do PPA.

A fim de garantir a concretização das ações em saúde, a DSQV destina seus recursos orçamentários para os seguintes programas, projetos e ações vinculados a essa política.

Programa Orçamentário	Subação	Dotação Atualizada	Liquidado	RPNP Pagos
0927 – Desjudicialização e aprimoramento da prestação jurisdicional	14054 – Promoção e preservação da saúde dos colaboradores - TJ	918.795,77	322.944,92	20.543,00
0927 – Desjudicialização e aprimoramento da prestação jurisdicional	14095 – Promoção e preservação da saúde dos colaboradores - FRJ	738.494,45	501.317,54	58.250,30

Principais produtos/serviços ofertados

Credenciamento Médico - Edital n. 180/2023 - PF - R\$ 118.213,48

Credenciamento Médico - Edital n. 180/2023 - PJ - R\$ 39.413,38

Perícia Médica (não vinculada ao Credenciamento Médico - PF e PJ) - R\$ 2.250,00

Serviços Móveis de Atendimentos às Urgências - R\$ 11.280,00

Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO

Exame Médico Ocupacional (Periódico)

Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho - LTCAT

Programa de Gerenciamento de Riscos - PGR

Análise Ergonômica do Trabalho - R\$ 148.507,76

2.2.10. Tecnologia da Informação

A Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) é o setor responsável pelo planejamento e execução dos projetos da área de Tecnologia da Informação (TI) no âmbito do PJSC, bem como implementa ações que visam melhorar a gestão dos serviços, promover a inovação tecnológica e otimizar os recursos de TI.

Os recursos orçamentários, atualmente oriundo do FRJ, estão distribuídos de acordo com a necessidade de cada projeto e dentro da vigência do PPA.

Ademais, os recursos orçamentários destinados à TI estão apoiados nos direcionamentos da Estratégia Nacional de TI do Poder Judiciário (Entic-Jud), previstos nas Resoluções n. 370/2021 e n. 468/2022 do CNJ. A Entic-Jud está estruturada em ações orientadas à melhoria da governança e gestão de TI, padrões de desenvolvimento e sustentação de sistemas de informação, infraestrutura tecnológica e gestão de pessoas.

Abaixo estão relacionados os principais projetos/atividades executados pela Diretoria de TI do PJSC.

Programa Orçamentário	Subação	Dotação Atualizada	Liquidado	RPNP Pagos
0927 - Desjudicialização e aprimoramento da prestação jurisdicional	10532 – Sistemas Judiciais - FRJ	36.361,50	36.361,50	-
Principais produtos/serviços ofertados				
Contratação de licenças para uso do software JetBrains PhpStorm Commercial.				
0926 - Manutenção da prestação jurisdicional	15038 – Microinformática - FRJ	56.012.416,00	45.883.006,18	39.866,00

Principais produtos/serviços ofertados				
Aquisição de monitores grandes (widescreen flat ou curvo)				
Aquisição de microcomputadores				
Aquisição de computadores portáteis – laptops/notebooks				
Aquisição de tonners para impressoras diversas do PJSC				
Contratação de Solução de Serviços de Impressão				
0926 - Manutenção da prestação jurisdicional	15039 – Sistemas administrativos e de apoio - FRJ	14.495.895,80	8.331.245,15	1.012.596,64
Principais produtos/serviços ofertados				
Liferay DXP - Subscrição de licenças e serviço continuado de operação assistida				
Aquisição de licenças da Solução Rybená				
Manutenção de Software de Gestão Integrada – ERP				
Manutenção de Software de Gestão Educacional para a Academia Judicial				
Aquisição e manutenção de soluções de software para as áreas administrativas, tais como saúde, farmácia, biblioteca, controle de acesso, ponto eletrônico, editoração, engenharia e gestão de frota				
Manutenção do serviço de consulta de CPF e CNPJ da Receita Federal				
Manutenção de fábrica de software e de métricas para o desenvolvimento e mensuração de softwares administrativos				
0926 - Manutenção da prestação jurisdicional	15041 – Infraestrutura e operação de TI - FRJ	89.655.899,32	54.930.116,69	11.408.366,02

Principais produtos/serviços ofertados

Manutenção e suporte da solução Microsoft 365 e da infraestrutura de softwares Microsoft

Manutenção e suporte da infraestrutura de bancos de dados Oracle e MySQL

Manutenção e suporte de equipamentos de armazenamento de dados

Aquisição de servidores de rede para renovação e ampliação da capacidade de processamento e armazenamento

Aquisição de licenças de software para ampliação da capacidade da infraestrutura de armazenamento seguro de documentos do sistema eproc

Aquisição de solução de backup e restore para modernização da infraestrutura de proteção de dados do PJSC

Contratação de suporte dos data centers do PJSC

Manutenção do sistema de centrais telefônicas, dos serviços de telefonia fixa e serviços de telefonia móvel

Manutenção da solução do Sistema de AS do Poder Judiciário, permitindo a redundância de links de internet, operacionalizado através de credenciamento de operadoras

Manutenção dos links de dados redundantes nas comarcas e unidades do PJSC, implementando uma rede SD-WAN a fim de garantir a alta disponibilidade das unidades, operacionalizado através de credenciamento de operadoras

Manutenção dos serviços de sustentação da rede SD-WAN, com o intuito de permitir autonomia na configuração dos equipamentos e resposta mais rápida aos incidentes

Manutenção no sistema de monitoramento (24x7) do parque lógico dos equipamentos ativos de rede, garantindo respostas rápidas aos incidentes

Manutenção da solução de monitoramento de desempenho de rede e equipamentos de visibilidade de rede, com intuito auxiliar na identificação, análise e solução dos problemas relacionados à infraestrutura da rede de dados do PJSC, devido à complexidade desta

Manutenção da extensão de garantia dos equipamentos do core da rede do PJSC, com o intuito de minimizar os riscos envolvidos com problemas técnicos de equipamentos

Aquisição, instalação e configuração de equipamento perimetral (firewall) e sustentação para execução da solução firewall

Aquisição de solução wifi, para todo Poder Judiciário, abrangendo 100% de todo prédio contratado, visando dar agilidade em dispositivos móveis para todos os servidores, jurisdicionados e visitantes

0932 - Transformação Digital - TJ

15042 - Governança e gestão de TI - FRJ

7.764.077,72

6.110.610,86

437.334,58

Principais produtos/serviços ofertados

Prestação de serviços técnico-especializados de pesquisa e aconselhamento imparcial em tecnologia da informação e comunicações

Serviços especializados de desenvolvimento em Business Analytics com base na ferramenta Microsoft Power BI

Aquisição de licenças de uso do software RedmineX, disponibilizando novas ferramentas para a gestão de tarefas, facilitando o controle e acompanhamento dos projetos

Manutenção do licenciamento para a Central de Serviços e consultoria para melhoria dos processos de gestão de serviços de TI

0926 - Manutenção da prestação jurisdicional	15043 – Segurança da informação - FRJ	12.159.954,24	11.678.745,26	282.978,20
Principais produtos/serviços ofertados Manutenção e suporte dos data centers do PJSC Contratação de solução de segurança - Antivirus e Antispam Aquisição de equipamento de infraestrutura de concentrador da rede SD-WAN Manutenção de solução de firewall de aplicação e balanceamento de servidores web (Referência: F5 Networks)				

2.2.11. Infraestrutura e Suporte à Atividade Jurisdicional

A Diretoria de Infraestrutura (DIE) tem como atribuições planejar, coordenar e executar os projetos e as atividades relativas aos serviços de transporte, limpeza e apoio em geral das unidades administrativas e comarcas do Poder Judiciário catarinense.

Os recursos orçamentários, grande parte oriundos do FRJ, estão distribuídos de acordo com a necessidade de cada projeto e dentro da vigência do PPA.

Abaixo estão relacionados os principais projetos/atividades executados pela DIE no ano de 2025.

Programa Orçamentário	Subação	Dotação Atualizada	Liquidado	RPNP Pagos
0926 – Manutenção da prestação jurisdicional	14036 – Infraestrutura e apoio às unidades - FRJ	78.450.212,55	65.378.873,73	3.295.415,69
Principais produtos/serviços ofertados				
<p>Contrato n. 91/2024 – Contrato de prestação de serviços dos Correios</p> <p>Valor executado: R\$ 37.978.917,48</p> <p>Despesas com energia elétrica</p> <p>Valor executado: R\$ 13.024.116,01</p> <p>Despesas com água/esgoto</p> <p>Valor executado: R\$ 2.453.619,28</p> <p>Serviços de apoio às sessões do Tribunal do Júri</p> <p>Valor executado: R\$ 2.855.338,96</p> <p>Despesas com materiais de consumo e serviços de apoio</p> <p>Valor executado: R\$ 3.952.325,07</p> <p>Serviços de jardinagem</p> <p>Valor executado: R\$ 1.811.146,10</p> <p>Serviços de fornecimento de comunicação visual</p> <p>Valor executado: R\$ 560.338,20</p> <p>Serviços de fornecimento de móveis sob medida</p> <p>Valor executado: R\$ 1.596.340,51</p> <p>Serviços de fornecimento de persianas</p> <p>Valor executado: R\$ 831.401,30</p> <p>Aquisição de água mineral</p> <p>Valor executado: R\$ 1.822.207,21</p> <p>Aquisição de leite UTH</p> <p>Valor executado: R\$ 512.180,47</p>				
0926 – Manutenção da prestação jurisdicional	14048 – Gestão de transportes - FRJ	15.522.000,00	12.553.722,11	689.394,86

Contrato n. 124/2021 – BEMLOCAR LOCADORA - Locação de veículos

Valor executado: R\$ 1.478.589,86

Contrato n. 45/2022 – NEO - combustíveis e lubrificantes

Valor executado: R\$ 1.330.618,24

Contrato n. 45/2022 – NEO - Manutenção

Valor executado: R\$ 408.647,50

Contrato n. 45/2022 – NEO - Limpeza

Valor executado: R\$ 133.913,27

Contrato n. 56/2025 - MUDANÇAS GOBBI

Valor executado: R\$ 192.587,23

Contrato n. 14/2024 – MENDES JÚNIOR FROTAS - Locação de veículos

Valor executado: R\$ 795.810,69

Contrato n. 59/2024 – BEMLOCAR LOCADORA - Locação de veículos

Valor executado: R\$ 722.802,20

Contrato n. 71/2023 – LUATUR – serviço de locação de van, micro, ônibus e veículo executivo

Valor executado: R\$ 248.355,02

Contrato n. 43/2024 - CS Brasil Frotas - Locação de veículos

Valor executado: R\$ 335.641,65

Contrato n. 008/2022 – Fornecimento de passagem aérea – nacional

Valor executado: R\$ 5.948.049,73

Contrato n. 008/2022 – Fornecimento de passagem aérea – internacional

Valor executado: R\$ 327.291,77

Contrato n. 06/2022 - I9 Solutions (Transporte por app e por agendamento)

Valor executado: R\$ 161.207,15

2.2.12. Comunicação Institucional

O Núcleo de Comunicação Institucional (NCI), órgão de apoio da Presidência, criado em 2004 e reestruturado a partir de 2014, é composto pelos seguintes setores: Coordenadoria, Secretaria, Assessoria Técnica, Assessoria de Imprensa e Assessoria de Artes Visuais.

A composição do NCI no ano de 2025 contou com 37 integrantes, sendo 1 coordenador, 16 jornalistas, 8 designers, 5 assessores, 1 revisor e 6 estagiários.

Constaram no ano de 2025 a gerência dos seguintes contratos pelo NCI:

- serviços gráficos (Contrato 079/2023);
- vídeos (Contrato 43/2022 e Contrato 44/2022);
- clipping/clipagem (Contrato 13/2020 e Contrato 4/2025);
- prestação de serviço continuado de monitoramento de mídia, gestão da informação e análise (clipagem) de conteúdo sobre o PJSC e áreas de seu interesse realizada até 31.3.2025 pela empresa CWA Assessoria e Monitoramento de Rádio e TV Ltda. (Contrato n. 13/2020) e, a partir de 1º.4.2025, mediante nova contratação, pela empresa Studio Clipagem Ltda. (Contrato n. 4/2025);
- Acordo de Cooperação Técnica n. 50/2024;
- requisição de compras para equipamentos audiovisuais;
- publicidade e propaganda (Contrato 10/2023);
- consultoria de comunicação (Contrato n. 2/2025); e
- jornalistas terceirizados (Contrato n. 95/2024) e designers terceirizados (Contrato n. 42/2025). Ambos são contratos da DGP, porém são geridos pela DIE, permanecendo o NCI como fiscal demandante.
- Entre as atribuições do NCI, apresentam-se as seguintes:
 - desenvolver, planejar e coordenar projetos, produtos e atividades de comunicação institucional;
 - coordenar e articular a uniformização da comunicação institucional dos setores do PJSC;
 - supervisionar publicações oficiais, impressas e eletrônicas, confeccionadas pelos órgãos do PJSC, inclusive pelos ligados ao Gabinete da Presidência, à Corregedoria-Geral da Justiça e à Academia Judicial no que diz respeito à imagem ou às políticas institucionais;
 - zelar pelo portal do PJSC e fiscalizar as publicações e atualizações de conteúdo;
 - atender aos órgãos de comunicação;
 - administrar e veicular notícias na página eletrônica e nas mídias sociais do Tribunal de Justiça;
 - subsidiar os magistrados e servidores em entrevistas coletivas, se assim solicitado, e auxiliar nos esclarecimentos necessários para a imprensa;
 - realizar o registro escrito e fotográfico dos eventos ocorridos no Tribunal de Justiça e manter arquivo das imagens, fotografias e material jornalístico produzido sobre as atividades do PJSC;
 - gerenciar as mídias sociais;
 - coordenar as atividades dos jornalistas sediados nas assessorias regionais;
 - coordenar e executar os projetos gráficos digitais do PJSC e supervisionar a execução dos projetos impressos;
 - criar e desenvolver, em conjunto com a unidade requisitante, os projetos gráficos; e
 - desenvolver a arte-final e a editoração de trabalhos gráficos.

Programa Orçamentário	Subação	Dotação Atualizada	Liquidado	RPNP Pagos
0929 – Governo, responsabilidade ambiental e social	14121 – Comunicação Institucional - SIDEJUD	31.490.942,00	25.844.488,39	2.321.808,22
0928 – Infraestrutura para o novo modelo de justiça	14044 – Suporte à atividade jurisdicional - TJ	1.500,00	1.500,00	-
Principais produtos/serviços ofertados				
<p>Recebimento de 669 formulários de pedidos gráficos (virtuais e impressos) pela Assessoria de Artes Visuais e de 199 ordens de serviço emitidas para impressão de material gráfico (em torno de 60 mil itens, entre banners, convites, cartões de visitas e cartazes), visando atender as 113 comarcas e unidades administrativas e judiciais do TJSC (Contrato 079/2023).</p> <p>Confecção de vídeos jornalísticos e de animação pelas empresas contratadas. Foram realizados em torno de 95 vídeos pelas produtoras.</p> <p>Produção de 7.758 clippings (5.775 web, 645 impressos, 515 TV e 823 rádio).</p> <p>Veiculação diária de vídeos e áudios nas emissoras de TV e rádio de Santa Catarina. Foram realizadas 151 mil inserções nas rádios e quase 3.990 inserções na TV.</p> <p>Requisição de compras para diversos equipamentos audiovisuais para utilização pelo NCI, entre eles microfones, HD de memória, teleprompter e câmeras.</p> <p>Produção e veiculação das campanhas publicitárias (a exemplo da criação e produção de vídeo comercial de 30" para televisão para campanha publicitária de utilidade pública de Natal – conciliação, e veiculação da campanha de combate à violência doméstica de 60" nas salas de cinema do ESC).</p> <p>Serviços de monitoramento da presença digital, realização de diagnóstico e análise estratégica, entre outros.</p>				

2.2.13. Desenvolvimento de Políticas Socioambientais

A Secretaria de Gestão Socioambiental tem como atribuição promover a gestão sustentável dos bens, materiais e resíduos produzidos pelo PJSC, bem como atuar na redução das emissões de gases do efeito estufa decorrentes nas atividades da instituição, seja por meio de seus recursos ou em parceria com outros setores, eis que o setor é coordenador do Plano de Logística Sustentável 2021-2026 e do Plano de Descarbonização 2026-2030, os quais envolvem diversas diretorias.

Quanto aos recursos orçamentários movimentados exclusivamente pela SGS, grande parte é oriunda do FRJ e estão distribuídos de acordo com a necessidade de cada projeto e dentro da vigência do PPA.

A novidade de 2025 foi a contratação de empresa especializada para elaborar o Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) ano 2024, restando para ser elaborado o Inventário do ano 2025, em atendimento às diretrizes da Resolução CNJ 594/2024, que instituiu o Programa Justiça Carbono Zero.

Em 2024 foram firmados três novos contratos para coleta seletiva em comarcas da Grande Florianópolis e Sul do Estado, dos quais dois foram renovados para 2025/2026 e um está em processo de nova contratação. Os seis contratos regionais para coleta de bens apreendidos, inservíveis e sigilosos foram transformados em um único contrato, dividido por regiões.

Em 2025 foram executadas as coletas relativas aos contratos de recicláveis, bem como do contrato das coletas dos bens apreendidos, permanentes e inservíveis e sigilosos.

Em conjunto com a DSQV, foi contratada a coleta de resíduos químicos e infectantes resultantes dos serviços de saúde.

Abaixo estão relacionados os principais projetos/atividades executados pela Secretaria de Gestão Socioambiental no ano de 2025 que demandaram movimentação financeira.

Programa Orçamentário	Subação	Dotação Atualizada	Liquidado	RPNP Pagos
0929 – Governança, responsabilidade ambiental e social	14034 – Desenvolvimento de políticas socioambientais - FRJ	1.347.933,00	656.739,24	21.386,69
Principais produtos/serviços ofertados				
<p>Coleta de bens apreendidos em processos judiciais, de bens permanentes e materiais de consumo inservíveis e de documentos sigilosos físicos e digitais - Modalidade: Pregão Eletrônico - Contrato 70/2024 - SEI 0092324-33.2024.8.24.0710</p> <p>Objeto: Prestação de serviços regulares e contínuos de coleta de bens apreendidos em processos judiciais, de bens permanentes e materiais de consumo inservíveis e de documentos sigilosos físicos e digitais, para as unidades do PJSC, para execução no regime de empreitada por preço unitário para as quantidades estimadas por região, compreendendo a coleta nos locais definidos, o transporte rodoviário, a pesagem em balança rodoviária, a destruição dos bens apreendidos em processos judiciais, a inutilização de bens permanentes e materiais de consumo inservíveis, a descaracterização de documentos sigilosos físicos e digitais e a destinação final adequada à legislação ambiental dos resíduos resultantes dos processos de destruição, inutilização e descaracterização.</p> <p>Valor Liquidado: R\$ 487.698,80, sendo R\$ 13.624,60 liquidados em restos a pagar (pago).</p>				
<p>Coleta de resíduos recicláveis - Modalidade: Credenciamento – Contrato 53/2024 - SEI 0067504-47.2024.8.24.0710</p> <p>Objeto: Contratação de associações ou cooperativas, especializadas e licenciadas, para prestação de serviço regular e contínuo de coleta, pesagem, transporte e destinação adequada à legislação ambiental, de resíduos recicláveis classe II, assim definidos pela ABNT NBR 10004:2004, nas unidades do PJSC localizadas na Região Litoral Sul, Região de Florianópolis e Região da Grande Florianópolis, conforme locais e periodicidade das coletas, compreendendo a coleta nos locais definidos para armazenamento temporário, a pesagem em equipamento aferido, o transporte em veículo licenciado junto aos órgãos ambientais competentes e a destinação final adequada à legislação ambiental, para execução no regime de empreitada por preço unitário.</p> <p>Valor Liquidado: R\$ 51.760,32, sendo R\$ 3.044,34 liquidados em restos a pagar (pago).</p>				

Coleta de resíduos recicláveis - Modalidade: Credenciamento – Contrato 52/2024 - SEI 0066343-02.2024.8.24.0710

Objeto: Contratação de associações ou cooperativas, especializadas e licenciadas, para prestação de serviço regular e contínuo de coleta, pesagem, transporte e destinação adequada à legislação ambiental, de resíduos recicláveis classe II, assim definidos pela ABNT NBR 10004:2004, nas unidades do PJSC localizadas na Região Litoral Sul, Região de Florianópolis e Região da Grande Florianópolis, conforme locais e periodicidade das coletas, compreendendo a coleta nos locais definidos para armazenamento temporário, a pesagem em equipamento aferido, o transporte em veículo licenciado junto aos órgãos ambientais competentes e a destinação final adequada à legislação ambiental, para execução no regime de empreitada por preço unitário.

Valor Liquidado: R\$ 44.799,90, sendo R\$ 2.367,82 liquidados em restos a pagar (não pago).

Coleta de resíduos recicláveis - Modalidade: Credenciamento – Contrato 51/2024 - SEI 0063983-94.2024.8.24.0710

Objeto: Contratação de associações ou cooperativas, especializadas e licenciadas, para prestação de serviço regular e contínuo de coleta, pesagem, transporte e destinação adequada à legislação ambiental, de resíduos recicláveis classe II, assim definidos pela ABNT NBR 10004:2004, nas unidades do PJSC localizadas na Região Litoral Sul, Região de Florianópolis e Região da Grande Florianópolis, conforme locais e periodicidade das coletas, compreendendo a coleta nos locais definidos para armazenamento temporário, a pesagem em equipamento aferido, o transporte em veículo licenciado junto aos órgãos ambientais competentes e a destinação final adequada à legislação ambiental, para execução no regime de empreitada por preço unitário.

Valor Liquidado: R\$ 23.520,80, sendo R\$ 1.968,00 liquidados em restos a pagar (não pago).

Realização de Inventários de Emissões de Gases de Efeito Estufa por empresa especializada – Modalidade: Aquisição Direta (RC, dispensa de licitação) - SEI 0041204-14.2025.8.24.0710

Objeto: Contratação de empresa especializada para a realização de Inventários de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) - 2024-2025 do PJSC, conforme metodologia do Programa Brasileiro GHG Protocol, em atendimento às diretrizes da Resolução CNJ n. 594/2024, que instituiu o Programa Justiça Carbono Zero.

Valor Liquidado: R\$ 43.185,00

Destinação de resíduos produzidos pela DSQV - Modalidade: Aquisição Direta (RC, dispensa de licitação) - SEI 0124142-03.2024.8.24.0710

Objeto: Serviço referente à destinação correta de resíduos químicos e infectantes produzidos pela DSQV, minimizando os riscos ocupacionais no ambiente de trabalho e protegendo a saúde do servidor e da população em geral.

Valor Liquidado: R\$ 5.774,42, sendo R\$ 381,93 liquidados em restos a pagar (pago).

2.2.14. Inovação no Poder Judiciário

Segundo o art. 8º da Resolução GP n. 5/2018, a Assessoria de Planejamento (Asplan) é órgão de apoio do Gabinete da Presidência, sendo unidade responsável pela gestão estratégica do PJSC.

À Asplan compete a elaboração, a implementação e a fiscalização do planejamento estratégico; a concepção, o gerenciamento e a supervisão de projetos especiais; a definição e a otimização de processos de trabalho; e a produção, a gestão e a análise de dados estatísticos com relação às áreas administrativa e jurisdicional, tudo isso a critério e segundo as orientações do presidente do TJSC.

A Asplan também é integrada pelo Núcleo de Inovação (NUI), criado pela Resolução GP n. 78/2022.

De acordo com o art. 3º, I e II, o NUI é regido pelos seguintes princípios: valorização do capital intelectual interno e aprimoramento dos serviços judiciários ao usuário. E, conforme o art. 2º, I, II e III, tem por objetivos fomentar a cultura da inovação, incentivar o empreendedorismo interno, aperfeiçoar os processos de trabalho internos e disseminar boas práticas de gestão.

São competências administrativas do NUI: “Art. 4º Compete ao NUI: I – realizar eventos e ações que visem à geração de conhecimento, ao compartilhamento de ideias e à disseminação da cultura de inovação; II – promover cursos e treinamentos em parceria com a Academia Judicial; III – apoiar o desenvolvimento de projetos e soluções inovadoras para a transformação dos processos de trabalho e serviços prestados pelo PJSC, dando suporte e orientação aos gestores; e IV – manter o alinhamento das iniciativas inovadoras com os objetivos estratégicos do PJSC”.

No ano de 2025, o NUI se desincumbiu de seu papel institucional mediante as seguintes contratações:

Programa Orçamentário	Subação	Dotação Atualizada	Liquidado	RPNP Pagos
0926 - Manutenção da prestação jurisdicional	16104 – Inovação no Poder Judiciário - FRJ	880.932,50	216.941,87	-
Principais produtos/serviços ofertados 1) Contrato n. 29/2023. Contratada: ACATE Objeto: Prestação de serviços de consultoria, contemplando Programa de Inovação Aberta para o TJSC. Valor executado: R\$ 156.941,67 Metas alcançadas: Criação e manutenção dos processos de trabalho para a Jornada de Inovação Aberta do PJSC, com reuniões mensais de planejamento, alinhamento e acompanhamento.				

2.2.15. Promoção de Soluções Alternativas de Conflitos

A Coordenadoria Estadual do Sistema dos Juizados Especiais e do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Cojepemec), órgão colegiado vinculado à Presidência do Tribunal de Justiça, foi instituída com o objetivo de fomentar políticas institucionais efetivas voltadas aos juizados especiais e aos meios adequados de solução de conflitos, com base nas orientações e metas estabelecidas pelo CNJ.

Segundo o art. 3º da Resolução TJ n. 16/2018, à Cojepemec compete, entre outras atribuições, (i) desenvolver a política judiciária de tratamento adequado dos conflitos de interesses estabelecida na Resolução CNJ n. 125/2010; (ii) atuar na interlocução com o CNJ, com outros tribunais e com os órgãos integrantes da rede constituída por todos os órgãos do Poder Judiciário e por entidades públicas e privadas, inclusive universidades e demais

instituições de ensino; (iii) aprovar e propor a criação e a instalação de Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuscs), que concentram a realização de sessões de conciliação e mediação, nos termos da Lei n. 13.105/2015 e da Resolução CNJ n. 125/2010; (iv) incentivar, planejar, promover e acompanhar em conjunto com a Academia Judicial a capacitação permanente de magistrados, servidores, conciliadores, mediadores e voluntários nos métodos adequados de solução de conflitos; (v) propor à Presidência do Tribunal de Justiça a realização de convênios e parcerias com entes públicos e privados; (vi) criar, manter, organizar e gerenciar o cadastramento de conciliadores e de mediadores e o credenciamento estadual das câmaras privadas de conciliação e de mediação, registrar seu desligamento e supervisionar sua atuação; (vii) propor e coordenar a realização de mutirões de mediação, de conciliação e de outros métodos adequados de solução de conflitos mediante regime de auxílio, voluntário ou não, por magistrados, auxiliares da justiça e servidores designados pelo órgão competente; (viii) propor a elaboração de normas regulamentadoras dos métodos adequados de solução de conflitos; (ix) propor a regulamentação da remuneração de conciliadores e de mediadores; (x) planejar e executar em conjunto com a Academia Judicial a capacitação de magistrados, juízes leigos, conciliadores e servidores que atuem no Sistema dos Juizados Especiais; (xi) estabelecer rotinas para conciliação pré-processual e processual e para avaliação e indicação do número de conciliadores e de juízes leigos, nos limites da competência do Sistema dos Juizados Especiais; e (xii) propor e coordenar a realização de mutirões de conciliação, de audiências, de sentenças e de julgamentos nos juizados especiais e nas turmas de recursos mediante regime de auxílio, voluntário ou não, por magistrados, auxiliares da justiça e servidores designados pelo órgão competente.

Além disso, foi delegada à Cojepemec a gestão e o desenvolvimento das atividades relacionadas aos Pontos de Inclusão Digital, conforme a Resolução GP n. 37/2023, o que impactou na alteração do orçamento dessa unidade executora, que, por esse motivo, passou a contar também com verbas provenientes do FRJ.

Os recursos orçamentários, atualmente oriundos do Sidejud e do FRJ, tiveram a dotação de R\$ 14.130.749,96, tendo sido liquidado o valor de R\$ 1.425.334,72, de acordo com a necessidade de cada projeto e dentro da vigência do PPA.

As principais atividades executadas pela Cojepemec no ano de 2025 estão elencadas na planilha abaixo.

Programa Orçamentário	Subação	Dotação Atualizada	Liquidado	RPNP Pagos
0927 - Desjudicialização e aprimoramento da prestação jurisdicional	14033 – Promoção de soluções alternativas de conflitos - SIDEJUD	13.038.283,00	1.407.094,84	-
Principais produtos/serviços ofertados				
Pagamento de juízes leigos, incluindo contribuições previdenciárias - R\$ 1.267.065,20				
Despesas com deslocamento no âmbito dos juizados especiais – R\$ 101.639,18				

2.2.16. Apoio Técnico e Profissional em Ações de Saúde Pública e Suplementar

O Núcleo de Apoio Técnico do Poder Judiciário (NatJus/SC), do TJSC, presta suporte técnico às unidades judiciais das 113 comarcas do Estado, fornecendo a magistrados e magistradas de primeiro grau notas técnicas e pareceres baseados na medicina fundamentada

em evidências científicas. Esses documentos têm por finalidade subsidiar a análise de pedidos liminares relacionados ao fornecimento de medicamentos, procedimentos médicos e insumos, tanto no âmbito da saúde pública quanto da saúde suplementar.

No campo da Saúde Pública, o NatJus/SC atende a processos judiciais de todas as 113 comarcas em que o Estado de Santa Catarina figure como parte. No âmbito da Saúde Suplementar, o atendimento abrange processos das Comarcas de Florianópolis, São José, Palhoça e Biguaçu quando a Unimed Grande Florianópolis integra a lide.

As notas técnicas e os pareceres são elaborados pelas equipes das instituições de pesquisa contratadas ou conveniadas com o TJSC, compostas de profissionais de saúde especializados e devidamente vinculados a essas entidades.

Entre março e dezembro de 2025, foram emitidas 2.484 notas técnicas em Saúde Pública, no âmbito do Convênio n. 15/2025, totalizando uma despesa de R\$ 3.353.730,00, vinculada a esse mesmo convênio.

As notas técnicas emitidas fora do escopo de atendimento prevista na Resolução GP n. 63/2024 (ações contra Municípios e SC Saúde) foram ressalvadas do pagamento pelo referido convênio, por motivo de execução não amparada por este.

Entre agosto e dezembro de 2025, foram emitidas 126 notas técnicas para a Saúde Suplementar, no âmbito do Convênio n. 65/2025, totalizando uma despesa de R\$ 170.100,00, vinculada a esse convênio.

Abaixo se destacam o número de notas técnicas emitidas e as despesas relacionadas ao Convênio n. 65/2025.

Programa Orçamentário	Subação	Dotação Atualizada	Liquidado	RPNP Pagos
0926 – Manutenção da prestação jurisdicional	14044 – Suporte à atividade jurisdicional - TJ	405.000,00	86.400,00	40.500,00
Principais produtos/serviços ofertados				
Nº de processos atendidos – NatJus Saúde Suplementar: 141 notas técnicas.				

* Não estão aqui relacionados os produtos correspondentes ao Convênio 15/2025, uma vez que a dotação correspondente a essa atividade é descentralizada pela Secretaria de Saúde.

2.3 Equilíbrio das Contas e Responsabilidade Fiscal

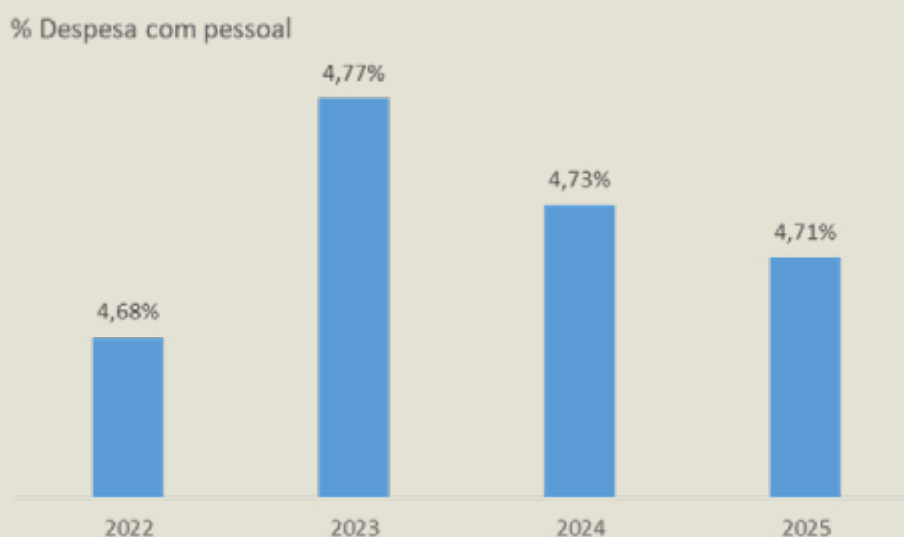
Conquanto tenha ocorrido relevante crescimento nas despesas do Poder Judiciário, tal movimento foi sustentado pela saúde econômico-financeira da instituição, o que viabilizou a implementação das ações planejadas. Todas as novas despesas foram precedidas de análises criteriosas, em observância aos princípios da responsabilidade fiscal que orientam a gestão deste Tribunal. Ainda assim, registram-se alguns aspectos que demandam acompanhamento contínuo, como o exaurimento do saldo disponível no fundo previdenciário SC Seguro, utilizado para cobertura da insuficiência financeira mensal, bem como a utilização de recursos oriundos do superávit financeiro das fontes de arrecadação própria do TJSC. Ademais, permanece essencial o monitoramento permanente da despesa com pessoal, a fim de assegurar sua manutenção dentro dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, preservando o equilíbrio das contas públicas e a sustentabilidade fiscal da instituição.

Como visto, o crescimento na arrecadação permitiu que, ao final do quinto bimestre de 2025, não restasse contingenciada nenhuma dotação, o que também favoreceu a execução dos projetos e atividades planejados para o exercício. Por outro lado, o espaço orçamentário, criado pelo crescimento na arrecadação de outras fontes, foi preenchido sempre visando garantir maior efetividade na prestação jurisdicional. Essa lacuna, porém, deve ser avaliada dentro de um cenário prospectivo. Isso porque a diligência na implementação de novas despesas, especialmente aquelas de caráter continuado, deve levar em conta a solidez do crescimento das receitas. Para 2026, projeta-se um cenário de cautela, dada a previsão de repasse duodecimal de 3,611 bilhões até o final do exercício. Assim, será necessário o acompanhamento contínuo da receita realizada, com a priorização de projetos e o consumo sustentável dos recursos do superávit financeiro.

Ainda, projetam-se reduções nas receitas do SIDEJUD (-20,78% em relação ao arrecadado em 2025) e dos rendimentos de disponibilidades bancárias (-9,4% em relação ao arrecadado em 2025), decorrentes da perspectiva de redução da taxa Selic para 2026.

Sendo assim, as receitas a serem obtidas devem ser aplicadas no atendimento das necessidades públicas, mas é indispensável que se mantenha a postura de cautela e constante vigilância.

O gráfico abaixo mostra que as despesas com pessoal do Poder Judiciário ficaram abaixo do limite de alerta (5,7%) previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal.



Diante disso, com suas despesas correntes em R\$ 4,54 bilhões e com receitas líquidas disponíveis em R\$ 4,91 bilhões, o Poder Judiciário comprometeu em despesas correntes 92,53% das receitas correntes disponíveis para aplicação.

INDICAÇÃO DO ÓRGÃO DE IMPrensa OFICIAL, NOS TERMOS DO ART. 6º, XIII, DA LEI N. 8.666/1993 (ANEXO V, ITEM V, B)

Diário de Justiça Eletrônico, disponível no site do PJSC, em <http://busca.tjsc.jus.br/dje-consulta/#/main>

ANEXOS

[Relatório Anexos I, I, n e V, III, b, terceirização \(2025\) \(10254424\)](#)

[Relatório Anexo Despesas por Modalidade de Licitação \(10307405\)](#)

[Relatório Anexo I, item I, alínea “o” \(10260262\)](#)

[Relatório Anexo V, item III, alínea “a” \(10260274\)](#)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
de Santa Catarina